

**Turismo de Natureza vs. Turismo de Massas
Estudo de caso: Região e Serra de Sintra**

João Miguel Coelho Varanda

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Área de
Especialização em Ambiente e Recursos Naturais**

Março, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, Área de especialização em Ambiente e Recursos Naturais, realizada sob orientação científica do Professor Doutor José Eduardo Ventura.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor José Ventura, pela sua disponibilidade e prontidão sempre que necessitei, assim como as suas sugestões, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também à empresa de turismo Greenwalk® onde trabalho, que me forneceu a inspiração para este projeto, assim como o conhecimento indispensável da área de estudo, ao nível das suas características, história e, talvez o mais importante, o contacto diário com os turistas que contribuiu para uma acumulação de experiências impossíveis de obter de outra forma.

Uma palavra de agradecimento também para o criador da referida empresa, António Tavares, que para além da oportunidade de ali trabalhar, desde o princípio demonstrou apoio por este trabalho, quer fosse ao fornecer muita da bibliografia que foi utilizada, quer fosse ao dar-me tempo livre em momentos críticos para me dedicar exclusivamente à tese.

Aqui deixo também uma palavra de amizade a todo o Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, casa onde me formei, e da qual sempre me considerarei parte, assim como a todos os seus professores que, de uma maneira ou de outra, me marcaram.

Resumo

Portugal já provou possuir potencialidades ímpares para uma variada oferta de produtos turísticos. Nos últimos anos o crescimento notável deste sector tem trazido inúmeros benefícios, mas os impactes negativos também se fazem sentir, em especial no património histórico e natural. Sintra apresenta-se como um exemplo paradigmático desta dinâmica. Esta vila histórica com inúmeros monumentos integra um Parque Natural, potenciando o cenário para um conflito de interesses com a progressiva degradação do seu património à medida que os limites do turismo de massas e do turismo de natureza se esbatem. Os efeitos já são visíveis em muitos dos principais locais visitados. Para minorar estes efeitos e preservar este património que, para além de ser a matéria-prima na qual o turismo assenta, possui um valor cultural intrínseco único no mundo, há que possuir uma visão holística do problema e dos vários atores muitas vezes movidos não pela divulgação, mas pelo lucro. Assim, no presente trabalho começa-se por analisar a evolução turística dos últimos anos e o património histórico e natural da área de estudo. Avança-se depois para a conjugação destes dois fatores. Identificam-se os tipos de ameaças que o crescimento turístico representa para o património, dando exemplos concretos de locais e situações onde estes ocorrem. Por fim, procura-se apresentar soluções com vista a combater os impactes indesejados

Palavras-chave: *Turismo, Sintra, Património Natural, Património Histórico, Impactes, Soluções*

Abstract

Portugal has proven to possess unmatched potential to offer a variety of touristic products. The outstanding growth in this sector in the last few years has brought several benefits, but the negative impacts have also been felt, especially in the historical and natural heritage. Sintra presents itself as a paradigmatic example of this dynamic. Being a historical village with several monuments, and simultaneously an integral part of a Natural Park, the stage is set for a conflict of interests as well as for the progressive degradation of its heritage as the limits to mass and nature tourism blur. The effects of these conflicts are already visible in many of the visited sights. To diminish these effects and preserve this heritage which, besides being the base for tourism, possesses intrinsic unique cultural value, we must have a holistic vision of the problem and its various stakeholders, who are often times moved not by divulgation but profit. So, the present dissertation begins by analyzing the evolution of tourism in these last few years and the historical and natural heritage in the area of study. Then we join these two factors. We identify the types of threats touristic growth represents to the heritage, giving examples of places and situations where they occur. Lastly, we show solutions which aim to combat the unwanted impacts.

Keywords: *Tourism, Sintra, Natural Heritage, Historic Heritage, Impacts, Solutions*

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
<i>Abstract</i>	iii
Índice de figuras	vii
Índice de tabelas	ix
Lista de Abreviaturas	x
1 - Introdução.....	1
1.1 – Objetivos.....	1
1.2 – Metodologias	2
2 – Turismo: enquadramento teórico.....	4
2.1 – Turismo: conceitos, diversidade e tipos.....	4
2.2 – Turismo no Mundo	14
2.3 – Turismo em Portugal	15
3 – Sintra: caracterização da área de estudo	16
3.1 – Localização	16
3.2 – Traços do relevo e geologia.....	18
3.3 – Clima.....	21
3.4 - Fauna e Flora	23
3.5 – População, ocupação e economia	25
3.6 – Património Natural.....	27
3.7 – Património Histórico.....	36
4 – Turismo em Sintra: fluxos e política	50
4.1 - Impactes e ameaças	57
4.1.1 - Ameaças à Geodiversidade	58
4.1.2 - Ameaças à Biodiversidade	61

4.1.3 - Outros impactes observados	63
4.1.4 - Ameaças ao Património Histórico	68
4.2 - Estado de conservação.....	72
4.2.1 - Património Natural	73
4.2.2 - Património Histórico	74
4.3 - Perfil do Turista.....	78
5 – Conclusões e Propostas.....	84
Bibliografia	90
Anexos:	94

Índice de figuras

Figura 1 - Localização da área de estudo, Parque Natural e Serra de Sintra.....	17
Figura 2 - Formação da Serra de Sintra	18
Figura 3 - Temperaturas máximas no verão e mínimas no inverno no PNSC ..	22
Figura 4 - As três faixas do PNSC.....	27
Figura 5 - Localização do Património Natural e Histórico.....	30
Figura 6 - Azenhas do Mar	31
Figura 7 - Pegadas de Dinossauro na Praia Grande.....	32
Figura 8 - Plataforma colocada para observação das pegadas.....	33
Figura 9 - Aviso de Segurança do acesso às pegadas.....	33
Figura 10 - Cabo da Roca	34
Figura 11 - Caos de blocos na Serra de Sintra.....	35
Figura 12 - Formação de “caos de blocos”	35
Figura 13 - Receitas da PSML entre 2005 e 2016.....	38
Figura 14 - Visitas ao Património da PSML entre 2005 e 2016.....	38
Figura 15 - Fila para entrar no Palácio da Pena em agosto	40
Figura 16 - Nacionalidade dos visitantes.....	41
Figura 17 - Palácio da Pena	42
Figura 18 - Palácio da Vila (ou Palácio Nacional de Sintra).....	44
Figura 19 - Castelo dos Mouros	45
Figura 20 - Palácio de Monserrate.....	46
Figura 21 - Convento dos Capuchos.....	47
Figura 22 - Quinta da Regaleira.....	48
Figura 23 - Número aprox. de visitantes ao património da PSML por mês	52
Figura 24 - Fila para entrar na Quinta da Regaleira em julho	54
Figura 25 - Operadores turísticos à porta da estação a angariar clientes.....	55

Figura 26 - Proibição de passagem aos operadores turísticos em Seteais	56
Figura 27 - Grafiti numa das guaritas do Palácio da Pena.....	63
Figura 28 - Trilhos criados espontaneamente pelos turistas no Cabo da Roca .	64
Figura 29 - Nomes nas paredes interiores do Convento dos Capuchos.....	64
Figura 30 - Turista passa a barreira de segurança para a fotografia	65
Figura 31 - Turistas tiram fotografias em área de solos instáveis	65

Índice de tabelas

Tabela 1: Definições utilizadas pela OMT	11
Tabela 2: Formações geológicas de especial interesse científico e didático” conforme o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais	28
Tabela 3: Número de Visitantes ao Património da PSML em 2016.....	39
Tabela 4: Quadro resumo das principais ameaças ao Património Natural (geológico e biológico).....	67
Tabela 5: Quadro resumo das principais ameaças ao Património Histórico.....	71
Tabela 6: Estado de conservação das características físicas originais.....	73
Tabela 7: Estado de conservação dos vários elementos do património histórico	75
Tabela 8: Ameaças identificadas nos vários elementos de património histórico e possíveis medidas de mitigação.....	76
Tabela 9: Questões de maior preocupação para os “turistas verdes”	81

Lista de Abreviaturas

AML: Área Metropolitana de Lisboa

CMS: Câmara Municipal de Sintra

CVL: Complexo Vulcânico de Lisboa

DGPC: Direção Geral do Património Cultural

DGTF: Direção Geral do Tesouro e Finanças

ICNF: Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitetónico

OMT: Organização Mundial do Turismo

MES: Maciço Eruptivo de Sintra

PNSC: Parque Natural Sintra-Cascais

POPNSC: Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais

PSML: Parques de Sintra – Monte da Lua

TER: Turismo em Espaço Rural

TN: Turismo de Natureza

TS: Turismo Sustentável

1 - Introdução

O turismo é um dos sectores com maior crescimento na economia nacional. Portugal apresenta condições excelentes, proporcionando uma oferta variada: turismo balnear, cultural, desportivo, gastronómico, rural, entre outros. De facto, como nos diz o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, “*o panorama do turismo português é imparável neste momento.*”¹

Sintra não só não foge a esta regra, como apresenta um microcosmo deste fenómeno. O concelho de Sintra (e aqui referimo-nos à parte deste que incorpora o Parque Natural) possui turismo cultural, balnear, gastronómico, desportivo, e tudo o que isso acarreta: operadores turísticos, hotelaria, rede de transportes, restauração...

1.1 – Objetivos

Propusemo-nos, nesta dissertação, tratar o turismo em Sintra: como se caracteriza, quais os seus impactes, e como convivem os vários tipos de turismo, nomeadamente o de massas e o de natureza. Com o aumento do turismo esta relação adquire ainda maior relevo. Se até há pouco tempo os podíamos considerar como grupos separados, o atual panorama já não permite que se continue a avaliar os impactes de cada um sem incluir o outro. Não são só os “turistas de natureza” a afetar o património natural, são também os “turistas culturais”, e não são só estes que afetam o património histórico, mas também os “turistas de natureza”.

Primeiro, procuramos o contexto histórico e descrevemos o turismo em Portugal, estabelecendo desde logo as definições que se mostram mais úteis. Em seguida caracterizamos a área de estudo, Sintra: o seu património histórico e natural com as principais atrações, potencialidades, riscos e ameaças já verificadas ou na eminência de se verificarem. Traçamos o perfil do turista e das atividades económicas em torno do turismo que se verificam em Sintra. Por fim, apontamos oportunidades, sugestões e medidas que poderiam ajudar a continuar a promover o turismo na região sem pôr em causa o seu património histórico e natural.

¹ Declaração proferida à comunicação social a 17 de março 2017, durante a Bolsa de Turismo de Lisboa 2017 (BTL 2017)

1.2 – Metodologias

Como forma de abordagem, formulámos uma pergunta de partida: “*O que procura o turista (estrangeiro) em Sintra?*” Desta pergunta inicial, várias questões se levantam: procura mais história ou mais natureza? Que imagem tem o turista “médio” de Sintra? De que forma é esta imagem diferente de acordo com o segmento turístico que procura? Têm perfis diferentes? O turista de massas interessa-se por assuntos diferentes? Estes interesses são influenciados pela oferta e imagem que o próprio local transmite? Como chegam a esta imagem? Todos estes fatores influenciam a maneira como o visitante se comporta e interage com o local e é daqui que resultam os impactes, quer positivos quer negativos.

Foi com estas perguntas que avançámos as hipóteses de pesquisa e desenvolvimento de uma metodologia que permitisse responder-lhes. Daqui fizemos valer a nossa experiência de campo: há dois anos e meio que trabalhamos como operadores turísticos em Sintra, com um enfoque no turismo de natureza, mas fazemos também visitas aos monumentos e património edificado, pelo que o convívio com o turismo de massas é constante. Os nossos clientes são quase todos estrangeiros, grupos pequenos (1 a 6, com raras exceções) e dos mais diversos locais e contextos sociais, quer ao nível de idade, nível de escolaridade, religião, país de origem, etc. Esta situação proporciono-nos uma oportunidade impar para tratar tais questões uma vez que o acesso direto ao objeto de estudo está presente no nosso dia-a-dia.

Para boa parte da dissertação, os dados e informações que expomos resultam de um contacto direto com os turistas e são muitas vezes difíceis de contabilizar e sistematizar por serem informações recolhidas em contexto informal. Mas são também informações que dificilmente se encontram em fontes de informação. Foi esta originalidade que nos motivou e propusemos tratar desde início. A partir da nossa experiência, procurámos produzir informação original que poderia acrescentar algo a uma temática com abundante informação estatística.

Ainda assim, para obter dados, recorreremos à consulta de várias fontes de dados, nomeadamente do INE, Turismo de Portugal, Câmara Municipal de Sintra, Parques de Sintra – Monte da Lua, entre outros, procurando os dados mais recentes. Recorreremos também à pesquisa bibliográfica, em especial no que a conceitos, definições e informação histórica dizia respeito. De forma a poder avaliar os impactes no património, recorreremos à aplicação de fichas do estado de conservação baseadas em critérios que nos pareceram

mais adequados a cada local concreto. Esta metodologia, mesmo que subjetivamente, permitiu-nos homogeneizar os dados. Procurámos ilustrar todos os elementos avaliados com fotografias originais dos locais, nomeadamente em situações que costumam passar despercebidas aos visitantes casuais. Procedemos igualmente à aplicação de inquéritos cujos resultados analisamos ao longo do trabalho. No total, foram inquiridos cerca de 200 turistas. O número é arredondado uma vez que fomos confrontados com alguns condicionamentos: muito raramente alguém se deslocava a Sintra sozinho, fazendo-o geralmente com o companheiro, filhos ou amigos. Não faria sentido aplicar um inquérito a cada pessoa, visto que geralmente um dado grupo partilhava das mesmas ideias relativamente ao que queria ver e o que efetivamente acabava por ver. Muitas vezes, a resposta ao inquérito era em conjunto. Com um o número médio de indivíduos por grupo de cerca de 3 indivíduos por grupo, o que multiplicando pelo número de inquéritos realizados, 63, resulta em 189 indivíduos. Os inquéritos foram aplicados entre fevereiro e final de julho de 2017, ficando assim excluído agosto, o mês mais movimentado.

Por fim, para procurar medidas que se poderiam implementar para minorar os impactos negativos, consultamos vários autores, mas procurando-se adequar as suas ideias à nossa área de estudo.

2 – Turismo: enquadramento teórico

No presente capítulo começa-se por apresentar a natureza do turismo, assim como os seus conceitos básicos. Em seguida expõe-se a sua diversidade e prevalência no panorama internacional antes de nos focarmos no caso português.

Este enquadramento, que precede o nosso estudo de caso parece-nos necessário, pois, como nos diz a antiga ministra da Educação, de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite:

“o turismo é considerado, neste início de milénio, a atividade económica que, a nível mundial, se apresenta como o principal motor da economia global, ultrapassando mesmo em importância o conjunto das indústrias petrolíferas e automóvel. (...) Portugal não foge a esta regra, sendo o turismo um dos poucos sectores em que temos vantagens competitivas de excelência na economia internacional, o que faz deste sector uma atividade estratégica em qualquer modelo de desenvolvimento que seja definido para o país.”²

2.1 – Turismo: conceitos, diversidade e tipos

No presente, o conceito habitual de turismo resulta fundamentalmente do lazer e ou atividades de recreio, embora não tenha de ser este o caso. O turismo é responsável pela criação de um conjunto variado de atividades produtivas cuja origem está na satisfação das necessidades de quem se desloca. Estas atividades identificam-se em muitos aspetos com as atividades de recreio, mas possuem uma dimensão e natureza diferentes das geradas por este. (Cunha & Abrantes, 2015)

O conceito de turista é relativamente recente. Já o termo “viajante” remonta há séculos. Este era utilizado para designar qualquer pessoa que se deslocasse, independentemente da razão, com objetivos pacíficos (um exército que se deslocasse para conquistar, estaria assim excluído). Foi apenas quando as deslocações por motivos de lazer, cultura ou repouso se tornaram regulares, originando atividades económicas em torno destas, que passou a haver necessidade de lhes encontrar uma expressão própria.

² Retirado do Prefácio da obra “*Introdução ao Turismo*” (2013) de Cunha & Abrantes. Diga-se a este propósito, que a valência de Portugal no Turismo é algo unanimemente aceite e reiterado pela classe política.

Desconhece-se a data em que o termo surgiu, mas aceita-se que teve origem nas viagens que os ingleses realizavam ao continente europeu como complemento da sua educação nos finais do século XVII e que designavam como o *Grand Tour*. Os participantes nestas viagens eram conhecidos por *tourists* e a atividade que origina começou a designar-se como *tourism*.

Apesar de alguns autores identificarem o ano de 1760 como a primeira vez em que a palavra aparece em documento, o termo “turista” só entraria, na linguagem corrente em 1838 com a publicação da obra *Mémoires d'un Touriste* de Stendhal.

Em Portugal, o termo aparece em *Os Maias* (1888) de Eça de Queiroz na sua versão francesa, denotando que ainda não havia sido transposta para o português. O que só viria a acontecer no início do século XX.

Nesta altura a palavra “turista” designava exclusivamente quem viajava por prazer. Porém, à medida que as viagens se foram tornando mais fáceis, com o surgir de novos meios de transporte (automóvel, avião), e se foram alargando a uma camada cada vez mais vasta da população, os motivos para viajar foram-se também alargando. Atualmente é quase impossível separar quem viaja por puro prazer de quem o faz por outras razões, uma vez que utilizam, em geral, os mesmos equipamentos e serviços. Por este motivo, não é fácil nem pacífica a definição de turista.

Uma pessoa pode viajar, quer saia ou não do seu país, com vários objetivos: escapar a uma situação desagradável; alcançar uma melhor situação económica; cumprir obrigações ou deveres familiares ou sociais; conhecer realidades diferentes; participar em atividades sociais e/ou culturais, ou outras.

Seja qual for o caso, todas as pessoas que se desloquem entre dois ou mais locais são designadas viajantes, independentemente do seu meio de deslocação. Se estas deslocações se realizarem exclusivamente dentro das fronteiras de um país, será um viajante interno, caso contrário, será um viajante internacional. “Viajante” é, portanto, uma expressão ampla, que não permite isolar atividades específicas nem grupos de pessoas.

Em 1953 a Comissão de Estatísticas da ONU estabeleceu o conceito de “visitante internacional”. Este termo foi o precursor do que surgiria dez anos depois, em 1963, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais*, realizada em Roma, onde foi introduzido o termo “visitante” para designar “toda a pessoa que se

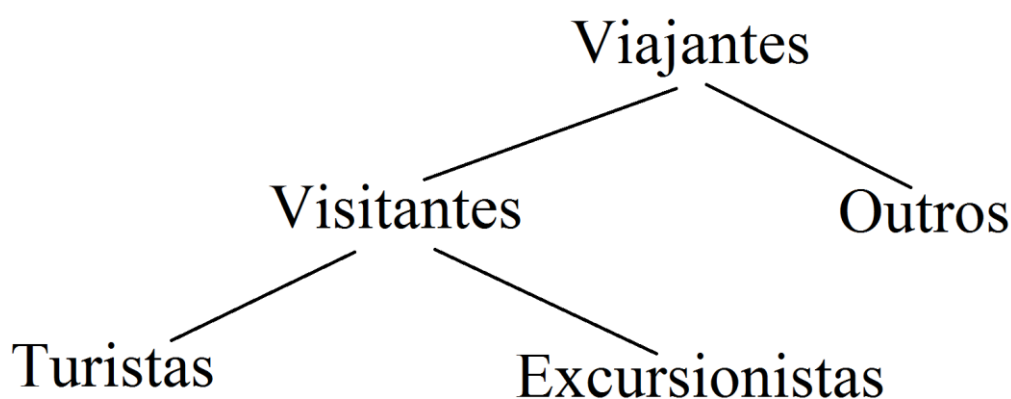
desloca a um país diferente daquele em que possui a sua residência habitual, por qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada.”

Na mesma conferência, esta definição englobava dois grupos de visitantes:

Turistas: visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado e cujos motivos de viagem se agrupam em: a) lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião e desporto; ou b) negócios, família, missões e reuniões.

Excursionistas: visitantes que permanecem menos de 24 horas no país visitado (incluindo viajantes em cruzeiros).

O esquema abaixo explicita os termos que eram até esta altura (1963) considerados:



Cunha, L.; Abrantes, A. (2013) *Introdução ao Turismo*; 5ª edição

Verificou-se que estes termos, apesar de bem definidos, levantavam problemas quando confrontados com os fenómenos que se estavam a começar a observar: o termo visitante, que incluía o turista e o excursionista, referia-se exclusivamente a deslocações internacionais. Isto significava, por exemplo, que um residente de Lisboa que fosse passar férias, por mais de 24 horas, às praias do sul de Espanha seria considerado um turista, mas se o fizesse no Algarve já não.

Esta ideia pré-concebida do turismo como referindo-se exclusivamente às deslocações internacionais perdurou durante muito tempo, e, talvez por isso, ainda hoje se

mantenha em vastos sectores da opinião pública. Isto é um erro, pois a dimensão internacional do turismo já não é a mais importante, e em muitos casos já nem sequer é a que produz as maiores incidências económicas e sociais.

Apesar de aceite e adotada pela União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo (UIOOT), precursora da atual Organização Mundial do Turismo (OMT), a definição de Roma rapidamente se tornou obsoleta. Foi a própria UIOOT que em 1983 (vinte anos depois) expressou a necessidade de atualizar o conceito de forma a integrar o turismo interno. Em 1991, na *Conferência Internacional sobre Viagens e Estatísticas do Turismo* em Otava, a Comissão de Estatísticas da ONU adotou, com a recomendação da OMT, definições atualizadas que, a partir daqui, foram aceites por todos os países e organizações internacionais. Ainda assim, os termos atualizados continuaram (e continuam) a ser problemáticos.

A OMT (1994) considera o termo “visitante” como o conceito básico de onde derivam todos os restantes termos para fins estatísticos. Depois da Conferência de Otava, em 1993, a ONU apresentou-nos os atuais conceitos:

Visitante: toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado.

Turista: todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou num alojamento privado no local visitado.

Visitante do dia: veio substituir o termo “excursionista”, é todo o visitante que não passa a noite no local visitado, incluindo os passageiros de cruzeiros e as tripulações de meios de transporte desembarcadas.

Destas três definições, vale a pena destacar três critérios que permitem distinguir visitantes dos restantes viajantes:

1 – Um viajante só pode ser considerado visitante, dando origem a uma atividade ou fenómeno turístico, se a deslocação se efetuar fora do ambiente habitual. Isto exclui, portanto, viagens frequentes como os movimentos pendulares diários (ida e vinda do local de trabalho, estudo, etc.).

2 – A permanência no local visitado não pode exceder os 12 meses consecutivos. A partir deste limite passa a ser considerado residente.

3 – O motivo da visita deve ser diferente de exercer uma atividade remunerada. Embora não seja referido expressamente, também são excluídas, obviamente, todas as deslocações de carácter compulsivo como refugiados, prisioneiros, nómadas.

Há que destacar a evolução e as diferenças nos conceitos, desde as primeiras de 1963, corrigidas em 1983 e as que se encontram em vigor desde 1994:

- A residência habitual foi substituída por ambiente habitual. Conceito que necessita clarificação por ser um termo mais vago, embora mais realista face à atualidade.

- A permanência foi fixada num máximo de 12 meses, quando anteriormente não possuía qualquer limite temporal.

- O conceito de turista passou a designar alguém que passe uma noite em determinados tipos de alojamentos, mas exclui as dormidas fora desses alojamentos. Isto levanta algumas questões de difícil resolução. Por exemplo, se um residente estrangeiro passar férias no Algarve na casa de verão (residência secundária) de um amigo seu de Lisboa, será considerado turista; mas se o fizer na casa de um amigo algarvio que aí resida já não o será.

- Deixou de haver referência a qualquer período mínimo de permanência, face às 24 horas anteriores. Basta agora que o visitante passe a noite num alojamento turístico para ser considerado turista.

Estabelecido o conceito de turista importa focar o conceito de turismo. Poderíamos defini-lo como as atividades económicas que decorrem das deslocações e permanências dos visitantes, mas esta definição seria demasiado vaga e ilimitada.

Tal como “turista” também o conceito de turismo sofreu várias alterações ao longo do tempo. Terá sido utilizado pela primeira vez em 1910 pelo austríaco Herman Schratzenhoffen. Em 1942, Walter Hunziker e Kurt Krapf apresentaram uma definição mais elaborada:

“conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal”. (Hunziker & Krapf, 1942, cit. por Cunha & Abrantes, 2015:16)

Hoje em dia, costuma-se considerar possíveis duas definições de turismo, conforme os objetivos que se pretenda alcançar: por um lado, pode ser encarado do ponto-de-vista conceptual. Aqui o objetivo é encontrar um instrumento que permita encontrar as características essenciais do turismo e distingui-las das restantes atividades. Por outro lado, de um ponto-de-vista técnico, o objetivo é obter informações para fins estatísticos e legislativos.

Quanto ao **ponto de vista conceptual**, é uma referência a definição apresentada por Mathieson e Wall em 1982:

“o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades.” (Mathieson & Wall, 1982, cit. por Cunha & Abrantes, 2015:16)

Esta definição considera o turismo como uma vasta e variada atividade, englobando, além das deslocações das pessoas e das relações estabelecidas nos locais visitados, todos os serviços que respondem às suas necessidades. Pode dizer-se que abrange em simultâneo oferta e procura. Mas mesmo assim, não está livre de limitações: desde logo, não é só durante a permanência que se desenvolvem atividades, mas também antes e durante deslocações. Por outro lado, só explicita “facilidades criadas”, excluindo o “não criado”, o que inclui recursos naturais, histórico-culturais e manifestações de carácter lúdico. Além destas, muitas outras definições foram apresentadas, mas nenhuma consegue

a visão abrangente e holística necessária à sua total compreensão. Além disso, com o avançar da globalização das últimas décadas e com todas as visões que isso acarreta (sociológicas, culturais, geográficas, económicas, etc.), é praticamente impossível encontrar um conceito de turismo universalmente aceite.

Não deixa de ser curioso, no entanto, que uma atividade de dimensão planetária, presente na vida de todos os países, que requer investigação constante, planeamento e tomada de decisão política, muitas vezes à escala internacional, não tenha uma referência basilar comum.

Do **ponto de vista técnico**, a OMT considera o turismo...

“o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros.”
(cit por Cunha & Abrantes, 2015:17)

Uma das críticas apontadas a esta definição é o facto de privilegiar a procura e não revelar a oferta.

Como forma de resumo deste subcapítulo, aqui apresentamos o quadro da OMT com as unidades básicas do turismo. Sempre que futuramente recorrermos aos termos que se seguem, referimo-nos a estas utilizações em particular:

Tabela 1: Definições utilizadas pela Organização Mundial de Turismo	
Viajante	Qualquer pessoa que se desloca entre dois ou mais países (viajante internacional) ou entre duas ou mais localidades dentro do seu país de residência habitual (viajante doméstico).
Visitante	Qualquer pessoa que viaja para qualquer lugar fora do seu ambiente habitual por menos de 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado.
Turista	Visitante que permanece, pelo menos, uma noite no local visitado (não necessariamente em alojamento pago).
Visitante do dia (excursionista)	Visitante que não permanece uma noite no local visitado.
Ambiente habitual	Baseado nos seguintes critérios: distância percorrida; duração mínima de ausência do local de residência habitual; mudança de localidade ou de unidade territorial administrativa; exclusão explícita de certas deslocamentos ordinários.
Residência habitual	Critério-chave para determinar se uma pessoa é “visitante” ou “outro viajante” e sendo visitante se é nacional ou não residente. A classificação dos visitantes internacionais segundo a sua origem é feita pelo país de residência e não pelo da nacionalidade.

Fonte: Abrantes, A. & Cunha, L.(2013); baseado em: UN/OMT, *Recommendations on Tourism Statistics*, 1994. (Adaptado)

Foquemos agora os **tipos de turismo**: uma grande variedade de motivos levam as pessoas a viajar. Há quem viaje para conhecer povos e civilizações, para assistir a festivais de música; estas são razões culturais. Também existe quem viaje para recuperar de uma doença, ou fazer tratamentos; estes são motivos de saúde. Assim, e de uma maneira geral, os tipos de turismo resultam dos motivos que levam as pessoas a decidir-se por uma viagem e dependem de uma grande variedade de fatores pessoais: idade, sexo, personalidade, nível educativo, nível social, etc.

Existe, portanto, uma relação direta entre os motivos que levam alguém a viajar e as características dos destinos escolhidos, podendo estes dar resposta a motivações diversificadas. Em certos casos, o mesmo destino específico pode, pela sua diversidade, corresponder a motivações culturais, profissionais, desportivas, etc. (Cunha & Abrantes, 2015)

Conclui-se então, que os tipos de turismo são identificados simultaneamente pelos motivos das viagens bem como pelas características dos destinos, nunca estando dissociados. É da conjugação destes dois fatores que surge a enorme diversidade dos tipos de turismo. A identificação dos vários tipos é importante, pois permite avaliar a adequação da oferta ou desenvolver um local com base nas motivações da procura.

Para a presente discussão, focaremos apenas as duas tipologias que são o cerne do presente trabalho, deixando de lado outros tipos, cuja importância, não podendo ser ignorada, mesmo em Portugal, iria para além dos objetivos desta dissertação. Também há que ter em conta o facto das tipologias se comportarem mais como uma teia do que como um simples quadro ou lista, havendo em certos contextos até uma estrutura hierarquizada.

Turismo Cultural

Este é um termo bastante abrangente. Alguns autores consideram diferente o “turismo cultural” do “turismo histórico”, sendo o primeiro para as relações das pessoas com os estilos de vida e o segundo para as atrações provocadas pelos monumentos que testemunham a história (Smith, 1989, cit. por Cunha & Abrantes, 2015). Em nossa opinião, assim como de outros autores, dada a impossibilidade de separar a cultura da história, consideramos o turismo cultural como viagens pelo desejo de ver coisas novas, de conhecer particularidades e hábitos de outros povos, civilizações do passado e do presente, assim como grandes centros culturais, museus, monumentos, etc.

Turismo de Natureza

Segundo alguns autores (Graburn, 1989, cit. por Cunha & Abrantes, 2015), o turismo de natureza pode manifestar-se de duas maneiras diferentes: “Turismo ambiental”, os vários aspetos da terra, do mar, do céu e o seu estado de pureza e “turismo ecológico” (ou ecoturismo) que se refere a viajar para áreas naturais para observar e compreender a natureza e o ambiente, com a preocupação de o manter inalterável.

Em ambos os casos, a motivação reside num desejo de regressar à natureza, contemplar o meio natural e escapar ao meio urbano. Atravessar montanhas e florestas, observando as várias relações no sistema é parte essencial. Os destinos mais típicos deste tipo de turismo são os Parques Naturais, como Yellowstone nos EUA, os Picos da Europa em Espanha, ou o Gerês e Sintra-Cascais em Portugal.

O Turismo de Natureza encontra-se também muitas vezes associado a atividades específicas como fotografia, alpinismo, canoagem, *bird watching*, etc.

Inter-relações dos Tipos de Turismo

Como mencionado anteriormente, não existe uma barreira rígida que separe os vários tipos de turismo. O mesmo visitante pode, num mesmo momento, deslocar-se por motivos diferentes e um dado destino pode oferecer uma diversidade de atrativos que no seu conjunto motivam a viagem.

Cada tipologia possui uma escala de valores própria, e origina correntes que se podem combinar com outras numa mesma viagem. Ou seja, quem se desloca a um local pode envolver-se em atividades de tipologias diferentes.

2.2 – Turismo no Mundo

Uma análise rápida dos números da procura turística mundial da OMT não deixa grandes dúvidas: o turismo tem crescido ininterruptamente desde 1950, com destaque para os períodos de crescimento económico. Nos períodos de recessão o crescimento foi mais moderado, mas rapidamente recuperou logo que se ultrapassaram estes momentos. De 1950 a 2012 a procura turística multiplicou-se 41 vezes e, se considerarmos apenas os dez últimos anos, registou-se, em média, 33 milhões de novos turistas por ano. (Cunha & Abrantes, 2015)

Em concordância com o aumento da procura turística, também as receitas turísticas internacionais apresentam uma evolução sempre crescente, com um aumento médio anual de 19% entre 1950 e 2012. Uma das conclusões que se pode daqui retirar é a de que os consumidores já integraram o turismo nos seus hábitos de consumo, tendo vindo as viagens a transformar-se num bem de consumo corrente. Trata-se de um bom exemplo da 2ª lei de Engel: “a procura de diversão e/ou recreação, de vestuário e de bens de luxo e/ou supérfluos pelo consumidor aumenta numa proporção maior relativamente ao crescimento do nível do seu rendimento.” (Cunha & Abrantes, 2015:140)

Há ainda a referir que apesar da procura se ter alargado a todos os continentes, nem todos os países e regiões beneficiam equitativamente do turismo. Algumas zonas revelam grande capacidade de atração enquanto outras tem uma fraca participação. A Europa é o continente mais beneficiado, representando mais de metade dos fluxos mundiais, seguindo-se a Ásia e o Pacífico, que em 2002 ultrapassaram as Américas. A África está em último lugar representando apenas 5% dos fluxos.

2.3 – Turismo em Portugal

Os números apresentados em agosto de 2017 pelo INE são claros: 2016 foi o melhor ano de sempre para o turismo português. Nesse ano registou-se 59,4 milhões de dormidas, um aumento de 11,6% em relação a 2015. Já um ano antes (de 2014 para 2015) tinha havido um crescimento de 9,1%. O número de portugueses que passaram férias dentro do país aumentou 7,8%, mas os estrangeiros representam 70,6% do total de dormidas. Segundo as previsões, 2017 terá sido ainda melhor, e o próximo relatório anual demonstrará esta perceção. Dito de uma forma mais simples, o turismo em Portugal está bem de saúde e recomenda-se.

Como diz Frederico Costa, antigo presidente do Instituto do Turismo de Portugal, vários fatores ajudam a explicar esta situação: “O turismo é um dos sectores mais dinâmicos, ágeis e com capacidade de adaptação às circunstâncias no quadro da economia nacional.” (Costa, 2012:14)

Para além da perceção de segurança, Portugal apresenta as características ideais para apelar ao novo tipo de turista, pois, estando na moda, passa ainda a imagem de destino pouco conhecido:

“Portugal é percecionado pelos turistas estrangeiros como um destino não massificado, pelo que é muito importante conseguirmos manter essa imagem e transformá-la em oportunidade para o posicionamento competitivo do país. Por outro lado, a procura da autenticidade e a preocupação com a sustentabilidade são características do atual turista.” (Costa, 2012:16)

3 – Sintra: caracterização da área de estudo

Concluído o enquadramento geral sobre o turismo, antes de se avançar para a análise deste no território em questão, faz-se primeiro a identificação da área em estudo, focando os seguintes aspetos: localização, relevo, geologia, clima, fauna e flora, população e economia. Depois destes breves pontos, passa-se à questão do património natural e histórico, enumerando aqueles que são alvo de análise.

3.1 – Localização

Sintra localiza-se na região da Grande Lisboa, a 30 km da capital e 15 km do Atlântico. (**Figura 1**) A vila de Sintra é conhecida, em Portugal e no mundo, por ser, desde 1995, Património Mundial da UNESCO. Milhares de turistas visitam a vila e as áreas circundantes, nomeadamente o Castelo dos Mouros e os vários palácios. Dessa forma, os enormes fluxos que se observam nos meses mais concorridos (julho, agosto, setembro) manifestam-se num raio de poucos quilómetros e de acordo com os percursos estabelecidos pela entidade local de promoção turística. Como um todo, trata-se de “um território rural, agrícola, urbano e turístico. Tem património histórico com Parque Natural, quintas seculares, condomínios privados, comércio local e habitações que podem ir de milhares a milhões de euros.” (Veríssimo, 2017:11)

Sintra destaca-se também pela serra com o mesmo nome. A própria toponímia não ignora esta origem: a ocupação humana recua ao Paleolítico (10 000 anos) e o termo “Sintra” terá provavelmente derivado do termo “*Cynthia*”, a lua, na mitologia celta. Foram, no entanto, os Romanos, inspirados pelo mesmo simbolismo, que nomearam a Serra “*Mons Lunae*” ou “Montanha da Lua”. Estas referências podem ainda hoje ser vistas por toda a região, inspirando nomes de estabelecimentos, ruas, edifícios e empresas. (Pereira, et al., 2007)

Sendo, portanto, um lugar de referência desde a antiguidade, não é de estranhar o estatuto histórico que sempre teve e, em especial, desde o início do século XIX, em que Sintra se tornou ponto de passagem obrigatório para os apreciadores da cultura artística romântica, em particular, britânicos e alemães. Elogiada por artistas da dimensão de Lord Byron, William Beckford, Richard Strauss, Robert Southey, Hans Christian Andersen, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, entre outros, a vila e área circundante vê emergirem palacetes para albergarem todos estes visitantes de renome.

(Raposo, 2007) Muitos destes constituem hoje foco de atração, como a Quinta da Regaleira ou o Palácio de Monserrate, enquanto outros mantêm-se privados, como o Chalet Biester.

Esta vila histórica encontra-se no extremo NE da Serra e ainda dentro do Parque Natural de Sintra-Cascais. É nos arredores desta vila que se concentram a maioria dos monumentos que se aborda mais à frente na secção do património histórico (capítulo 3.7). Já os locais que se abordam na secção do património natural (capítulo 3.6), estão mais dispersos pela serra e linha costeira. Daí a necessidade de clarificar os limites da área em estudo. Não corresponde ao Parque Natural uma vez que este se estende da Boca do Inferno a S até à Praia de S. Julião a N. Mas também não se limita à Serra de Sintra pois alguns dos locais ficam já a N desta e, se considerarmos algumas formações, a S.

Portanto, a nossa área de estudo (**Figura 1**) encontra-se sensivelmente limitada a N pelas Azenhas do Mar, e a S pelas formações rochosas em “caos de blocos”, ainda que aquelas nas quais nos focamos sejam as das chamadas “Pedras Irmãs”, perto da Peninha, e por isso, ainda na Serra (mas ligeiramente mais a S que o Cabo da Roca). Por fim, a nossa área de estudo encontra as limitações E-O na vila de Sintra e Cabo da Roca respetivamente.



Figura 1 - Localização da área de estudo, Parque Natural e Serra de Sintra

3.2 – Traços do relevo e geologia

A Serra, um maciço ígneo em elipse com 10 km E-O e 5 km N-S, 300-500 m acima do nível do mar, formou-se há aproximadamente 80-90 milhões de anos atrás (**Figura 2**), e apesar de não apresentar uma grande elevação (o ponto mais alto, a Cruz Alta, tem 528m), o facto de se encontrar no meio de plataformas planas (Cascais a sul e S. João das Lampas a norte), fá-la destacar-se na paisagem e produzir o seu próprio clima regional³.

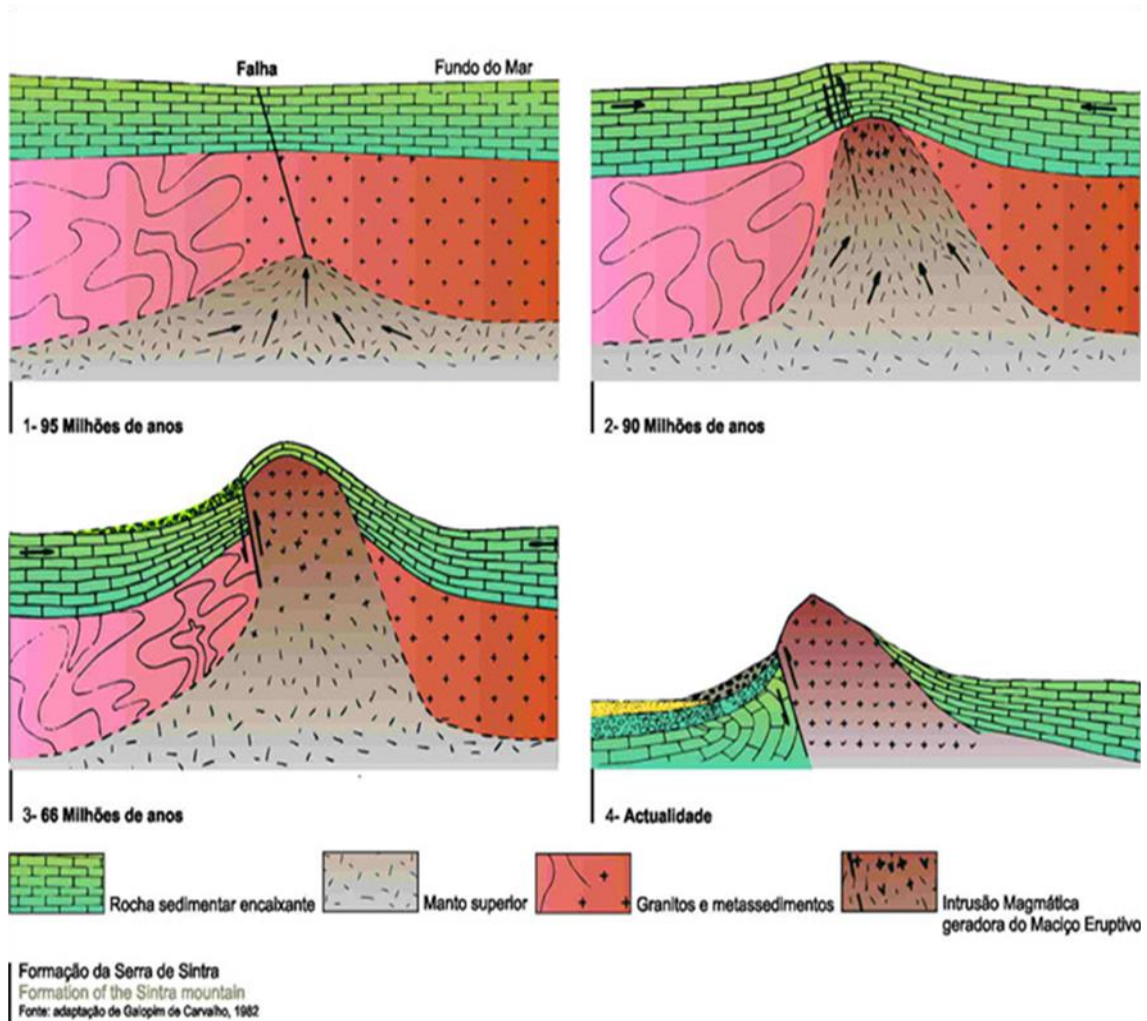


Figura 2 - Formação da Serra de Sintra. Esquema presente nos painéis informativos do PNSC, baseado em Galopim de Carvalho, 1992

³ Costuma usar-se o termo “microclima” aplicado a Sintra, mas geralmente de forma errónea ou pouco rigorosa. Por definição, um microclima refere-se a uma área entre os 0,5 e os 5 km². Obviamente as características climáticas da Serra não se manifestam em todo o concelho, mas mesmo se considerarmos apenas a freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim), estamos a falar de 63,5 km², portanto o termo correto seria “clima regional” ou “mesoclima”. O que se observa é que mesmo dentro desta área existem o que se poderia chamar de microclimas em vales, becos e encostas, como por exemplo, os microclimas que permitem a convivência de plantas de regiões exóticas nos Parques de Monserrate e Pena.

Segundo Kullberg & Kullberg no seu estudo *Tectónica da Região de Sintra* (2000):

“A região de Sintra é fundamentalmente constituída por um planalto litoral complexo que rodeia completamente a respetiva Serra: a sul e a leste, encontra-se a designada Plataforma de Cascais e a Norte a Plataforma de São João das Lampas. Esta termina para leste contra uma zona de relevos bem marcados, sobre terrenos meso-cenozoicos, recortados por diversas falhas e por rochas eruptivas na maioria pertencentes ao Complexo Vulcânico de Lisboa.”

(Kullberg & Kullberg, 2000:7)

Como nos explica Sirovs (2006), no geral, quanto à sua geologia, na área da Serra existem rochas sedimentares do Jurássico e Cretácico que rodeiam um maciço de rocha ígnea⁴. Esta configuração resulta da ascensão magmática através da crosta de camadas sedimentares. A erosão subsequente removeu as camadas superficiais, expondo assim a camada magmática solidificada. As rochas ígneas (ou magmáticas) são mais resistentes à erosão que as sedimentares. Consequentemente, uma vez exposta a intrusão magmática à superfície, as rochas sedimentares envolventes foram desgastadas mais rapidamente, resultando na presente morfologia de rochas ígneas a formarem a espinha dorsal da Serra, rodeada por uma auréola sedimentar nas partes mais baixas. (Sirovs, 2006)

As rochas mais antigas que encontramos nesta área foram depositadas no período Jurássico Superior há aproximadamente 160 Ma. O ambiente era nesta altura marinho, relativamente profundo, longe da influência continental. No decorrer do tempo geológico, até ao início do período Cretácico (144 Ma.) a profundidade deste mar foi-se reduzindo, passando sucessivamente por estágios de marinho pouco profundo, recife, lagunar marinho, fluvial e lacustre. Estas flutuações duraram até ao Cretácico Superior (90 Ma.) e decorreram de forma cíclica. O ambiente fluvial é mais comum durante o Cretácico que no Jurássico. Através do estudo dos padrões de deposição das rochas é possível, em al-

⁴ Uma vez que o presente capítulo faz um enquadramento à área de estudo, optou-se por simplificar a denominação das rochas que compõem o maciço eruptivo de Sintra, pois estas são bastante diversificadas quanto à sua natureza. Como nos dizem Kullberg & Kullberg (2000) existe um núcleo sienítico, rodeado por um anel granítico, seguindo-se um outro anel descontínuo (mais completo na face S) gabro-diorítico e os tipos litológicos, no que toca a concentrações de sílica, são muito variados.

guns casos, demonstrar que existiam rios que corriam de O para E. Tal implica a existência de terras altas localizadas a O da atual linha de costa. O arquipélago das Berlengas, mais a N, é o último vestígio destas terras. (Sirovs, 2006)

A este longo período de deposição seguiram-se eventos tectónicos que conduziram à formação do oceano Atlântico e à referida intrusão magmática de Sintra no final do Cretácico. Ao levantar as camadas sedimentares, estas ficaram imediatamente sujeitas a forças de erosão superiores. Associados a estes eventos tectónicos ocorreram dobras de eixo E-O: A S da Serra de Sintra fica o sinclinal de Alcabideche e mais a S o anticlinal de Pampilheira. (Sirovs, 2006)

Podemos então afirmar que a Serra de Sintra, de acordo com o Ciclo de W. Morris Davis⁵, corresponde a um relevo jovem, “cujos cumes se elevam a mais de 500 m de altitude, exibindo ainda formas de relativa frescura.” (Kullberg & Kullberg, 2000:7) Esta juventude é igualmente atestada pela sua rede hidrográfica com linhas de água muito entalhadas que se dirigem diretamente para o litoral e acabam muitas vezes em vales suspensos⁶. (Orlando Ribeiro, 1940, cit. por Kullberg & Kullberg, 2000)

Olhando à topografia, é notória a assimetria entre as encostas N e S da Serra. A assimetria E-O deve-se aos efeitos erosivos do Atlântico que leva a Serra a terminar abruptamente a O. (Sirovs, 2006) A N a plataforma de S. João das Lampas é marcada pela várzea de Colares com uma altitude média de 100 a 250 m. Já a S, a plataforma de Cascais está várias dezenas de metros abaixo da anterior e corresponde a uma plataforma de abrasão marinho. (Orlando Ribeiro, 1940, cit. por Kullberg & Kullberg, 2000)

Plataformas de abrasão marinho são igualmente identificáveis na Serra, geralmente anexadas a antigas arribas, embora muitas vezes inclinadas pelo efeito de movimentos tectónicos posteriores. Estas superfícies guardam “testemunhos da ação do mar, como depósitos de areias marinhas e pequenos calhaus amendoados, ou mesmo conglomerados que incluem blocos de modelado marinho, na base de uma arriba fóssil, a 250 m

⁵ Ciclo Geográfico de William Morris Davis (1850-1934) prevê a evolução da paisagem passando por três fases bem delineadas: juventude, maturidade e velhice. Estas ocorrem em função de: estrutura (litológica, natureza das rochas, dureza e permeabilidade relativa), processos (agentes de erosão e meteorização) e tempo. (Sparks, 1988)

⁶ Vale suspenso ocorre, neste caso, quando a erosão marinha é mais rápida que a erosão fluvial, levando a que o vale do curso de água termine abruptamente e caia para o nível inferior. (Mayhew, 2009)

de altitude, encontrados na Serra de Sintra.” (M. H. Dias, 1980; A. Brum Ferreira, 1984, cit. por Moreira, 2005:224)

Dos relevos aqui descritos resultam as características climáticas que se analisam em seguida.

3.3 – Clima

Como nos dizem Sirovs (2006) e também Pena, Gomes, & Cabral (2001), o clima na região de Sintra deve-se essencialmente a dois fatores: ao oceano Atlântico e ao facto da serra se apresentar como uma barreira de condensação devido à sua orientação aproximadamente E-O e à direção do vento, predominantemente de N-NO. Como nos mostra Alcoforado (1984) no seu estudo sobre as árvores deformadas pelo vento em torno da Serra de Sintra, os padrões do vento são complexos, havendo vales abrigados e vales onde o vento é afunilado tornando-se mais forte. Mas de forma geral, aceita-se a existência de um movimento das massas de ar para S sobre a Serra. Estas massas de ar húmidas, ao subirem a Serra, encontram frequentemente condições ideais de pressão e temperatura para a condensação levando à formação de nuvens no topo da Serra que se dissipam quando se deslocam mais para S. Esta nebulosidade tem grande influência nas temperaturas e precipitação. (Sirovs, 2006) A situação descrita exemplifica o mecanismo de *foehn*⁷ que, como nos diz D. Brum Ferreira, “é um fenómeno banal em todas as serras do território português que formam obstáculo ao escoamento do ar marítimo.” (Ferreira D. B., 2005:326) O mesmo autor, de entre os vários exemplos que menciona, cita M. J. Alcoforado (1992) sobre a vertente NO da Serra de Sintra e a plataforma de Cascais. (Ferreira D. B., 2005:327)

O oceano serve de mitigador da amplitude térmica e controlador da elevada humidade atmosférica. As temperaturas médias anuais variam de 9°C no inverno até 20°C no verão. Já as máximas no verão na Serra (23°) contrastam com as mínimas no inverno

⁷ Mecanismo de *foehn*: quando uma massa de ar húmida sobe uma barreira montanhosa, arrefece e condensa. A precipitação é comum. Ultrapassada a barreira, a massa de ar, agora mais seca, desce e aquece o ar (cerca de 3°C/1 000m). (Mayhew, 2009) “O efeito de *foehn* é um fenómeno importante para explicar os contrastes climáticos nas regiões montanhosas” (Ferreira D. B., 2005:326), e como nos diz S. Daveau, “Este contraste (entre a vertente a sotavento e a vertente a barlavento) pode combinar-se de diversas maneiras com a oposição entre a vertente virada para o sol do meio-dia (soalheira) e a umbria ou avesseiro. Conforme as zonas, e por vezes as estações do ano, os contrastes de exposição adquirem importância e disposição diferentes.” (Daveau, 2005:88)

(4º) **(Figura 3)**. Sintra, vila, localizada na parte norte da serra é habitualmente mais húmida e com temperaturas 4-5°C mais baixas que do lado sul. A precipitação varia do máximo de 160 mm/mês em março ao mínimo de 5 mm/mês em julho, com um total de 800 mm/ano. (Baltazar & Martins, 2006 cit. por Levratti, Rodrigues, Castaldini, & Levi, 2011)

Citando o resumo de Fonseca (2009):

“O PNSC apresenta vários microclimas. Mas em traços gerais pode-se afirmar que o PNSC possui um clima temperado mediterrânico, de tipo oceânico, com influência atlântica, com bastante humidade, nevoeiros, temperaturas amenas, ventoso e sem grandes amplitudes térmicas. (...) Genericamente um clima com estas características contribui para a abundância de água, especialmente na área de Sintra, bem como para a vegetação luxuriante aí existente.” (Fonseca, 2009:81-82)

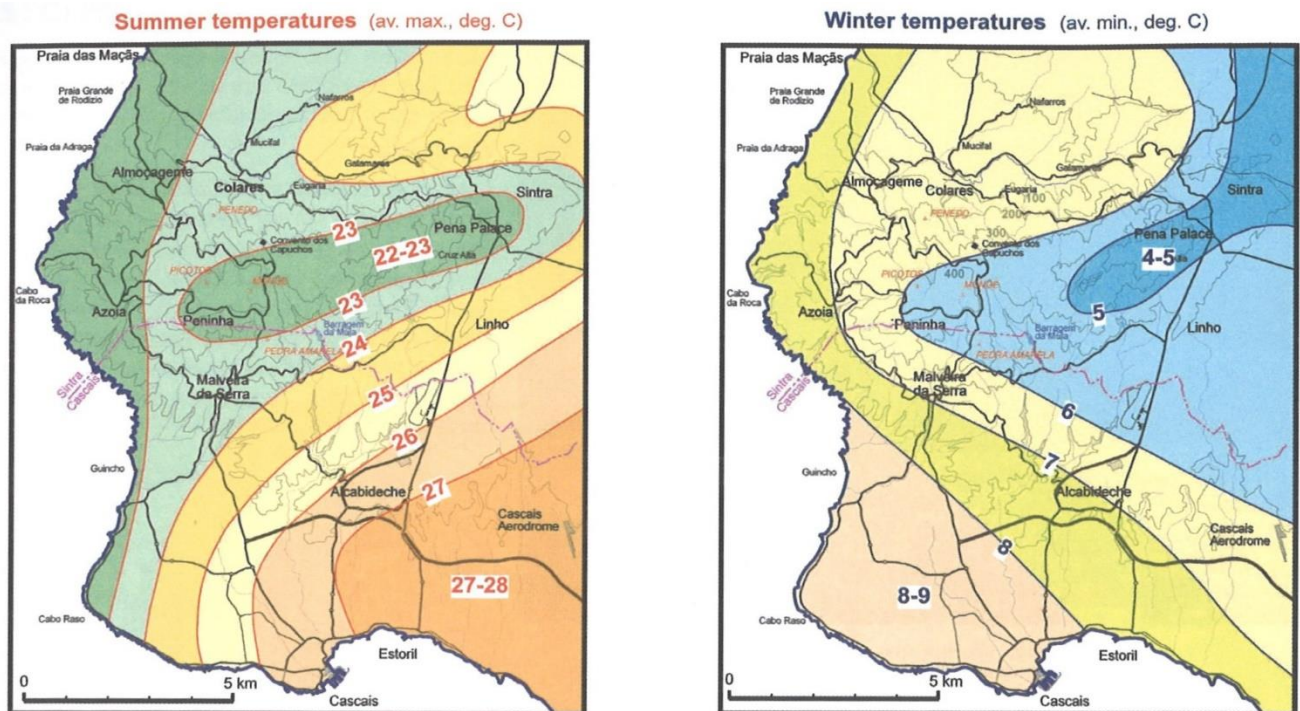


Figura 3 - Temperaturas máximas no verão (esq.) e mínimas no inverno (dir.) no PNSC

Fonte: Sirovs, 2006; dados: Alcoforado & Dias, 2001

Serão, como veremos à frente, estas características climáticas que permitem a existência dos jardins exóticos nos palácios e parques de Sintra.

3.4 - Fauna e Flora

A diversidade de habitats naturais e seminaturais que permitem a existência de uma variedade alargada de espécies de plantas está intimamente relacionada com o clima, a geologia e a natureza do solo. As áreas que foram menos sujeitas à intervenção humana – a montanha e alguns setores costeiros – são reconhecidas pela diversidade da sua vegetação, que inclui espécies que só aqui se encontram, algumas sob ameaça e outras que só existem no PNSC. De todas as espécies presentes, 90 são autóctones a Sintra.

Apesar de poucos vestígios restarem do coberto vegetal original da floresta primitiva (Raposo, 2007), na área de Sintra, ainda é possível encontrar quase todas as espécies da família de *Quercus* em Portugal: o sobreiro (*Quercus suber*), carvalho-roble (*Quercus robur*), carvalho-pardo (*Quercus pyrenaica*), carrasco (*Quercus coccifera*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*). Lado-a-lado com estas espécies autóctones encontra-se uma mistura de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e cipreste-português ou cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*). (Raposo, 2007) Muitas destas encontram-se atualmente sob ameaça devido a espécies invasoras como as acácias e a oliveirinha (*Hakea salicifolia*). (Pena, Gomes, & Cabral, 2001)

Nas zonas costeiras a diversidade de plantas com flor surpreende e encanta os visitantes com a sua beleza, mas pelo menos seis destas espécies endémicas estão sob ameaça: cravo-de-Sintra (*Dianthus cintranus*), *Silene longicilia*⁸, miosótis-das-praias (*Omphalodes kuzinskyanae*), cravo-romano (*Armeria pseudarmeria*), cocleária-menor (*Jonopsidium acaule*), *Iris lusitanica*. Esta e outra flora são ameaçadas pelo chorão-das-praias (*Carpobrotus edulis*), espécie invasora importada da África do Sul e que colonizou vastas áreas da costa. (Pena, Gomes, & Cabral, 2001; Sirovs, 2010)

A juntar a toda esta riqueza de fauna autóctone, Sintra é também famosa pelos seus parques repletos de espécies exóticas. De entre estes destacam-se o Parque da Pena e o Parque de Monserrate, iniciados no século XIX por D. Fernando II (1816 – 1885) e Francis Cook (1817 – 1901), respetivamente. Das dezenas de espécies que foram trazidas, alguns dos destaques são: a sequoia-vermelha (*Sequoia sempervirens*) da Califórnia, EUA; o pinheiro-bunia (*Araucaria bidwillii*) de Queensland, Austrália; a túia-gigante (*Thuja plicata*) da América do Norte; magnólias (*Magnolia soulangeana*) e camélias do

⁸ Para as espécies em que só se menciona o nome científico, significa que não foi encontrado o nome comum, ou que não está claro se se trata da mesma espécie.

Japão (*Camellia japonica*). Diga-se, a propósito das camélias, que o Parque da Pena foi distinguido em 2014 como “Jardim de Camélias de Excelência” pela Sociedade Internacional de Camélias, constituindo este mais um fator de atração no Inverno, uma vez que florescem entre outubro e abril. (PSML, 2016)

Quanto à fauna, ao longo da serra, costa e interior, há abundância de vida selvagem que inclui mamíferos, aves, répteis e anfíbios. Alguma da fauna original já desapareceu do PNSC, como o lobo e a lebre, e outras espécies encontram-se perto de desaparecer, como o raro morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*) e o furão (*Mustela putorius*). Outras espécies importantes incluem o ouriço-terrestre (*Erinaceus europaeus*), uma população isolada de musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), e quase duas dezenas de roedores e carnívoros que incluem a raposa (*Vulpes vulpes*), doninha-anã (*Mustela nivalis*) e a geneta (*Genetta genetta*).

Todos estes partilham o território com uma variedade de répteis e anfíbios, dos quais o mais abundante é a salamandra (*Salamandra salamandra*) e o tritão-ibérico (*Triturus boscai*). Já o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), endêmico à Península Ibérica, é raro e encontra-se sob ameaça. A víbora-cornuda (*Vipera latastei*), também presente, é rara em Portugal. Há também que destacar a fauna aquática, onde se destaca a boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*), peixe presente nas águas da ribeira de Colares e Samarra, um dos vertebrados endêmicos mais raros de Portugal continental. (Baltazar & Martins, 2005)

O PNSC é particularmente rico em aves de rapina. O falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), a águia-de-Bonelli (*Hieraetus fasciatus*) e o bufo-real (*Bubo bubo*) são exemplos de espécies que nidificam no Parque, mas cujos números estão a diminuir. Estão, aliás, protegidos por legislação internacional. O bútio-comum (*Buteo buteo*), o peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*), a coruja-do-mato (*Strix aluco*) e a coruja-das-torres (*Tyto alba*) são outras aves de rapina presentes e frequentemente avistadas. No que toca às aves marinhas, encontram-se presentes por toda a costa, tanto residentes como migratórias. Destacam-se o ganso-patola (*Morus Bassanus*), o corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*) e o guincho-comum (*Larus ridibundus*). (Baltazar & Martins, 2005)

3.5 – População, ocupação e economia

A vila de Sintra, ou aglomerado urbano de Sintra, corresponde às freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim. O seu início terá ocorrido com um povoado fortificado no topo da colina. Ana Cláudia Vicente faz-nos um breve resumo da evolução da localidade:

“A ocupação da baixa fértil ter-se-á iniciado entre os II e I milénios a. C., mas apenas se consolidou a partir do século XIII d. C. (...) A localidade foi tomada por D. Afonso Henriques em 1147 (...) A expansão do reino possibilitou um lento abandono populacional do castelo (dos Mouros), consolidando-se a presença humana na encosta e no vale (...) O núcleo baixo cresceu significativamente entre os séculos XIV e XV (...) Foi local de estância frequente das duas primeiras dinastias reais, mantendo-se até ao século XX importante polo agrícola abastecedor de Lisboa e destino das elites aristocráticas e burguesas. (...) Mercê do aumento demográfico, ligado à intensificação do excursionismo e apoiado pela ligação ferroviária à capital (1873), extravasou o seu limite secular.” (Vicente, 2007:25)

Sintra (a união das referidas freguesias)⁹ tem, atualmente, uma população inferior a 30 000 habitantes (Censos 2011: 29.591 hab.). A sua economia atual assenta sobretudo no turismo graças ao seu vasto património arquitetónico e natural. A atividade comercial ligada ao turismo está em crescimento e junta-se ao setor industrial como fonte importante para a economia local. O setor agrícola vem, desde há algumas décadas, em queda. De forma resumida, o setor primário diminui, o secundário perde o avanço que tinha até há pouco tempo, o terciário cresce exponencialmente. (Infopédia, 2018)

As ocupações mais tradicionais estiveram sempre ligadas à agricultura, horticul-tura e silvicultura e muita desta influência está ainda presente na paisagem. Nos terrenos calcários a N da Serra de Sintra, os campos são fechados com muros de pedra, não só para arrumar a pedra que era retirada dos solos, como para oferecer alguma proteção dos ventos fortes de O. (Medeiros, 2005) Nesta zona rural produzem-se quatro frutos típicos

⁹ Neste enquadramento optou-se por dar foco à vila histórica de Sintra em vez de ao concelho, cuja população ascende a quase 400 000 habitantes, pois é naquela área que se concentra a maioria do património histórico que é abordado mais à frente. Sendo verdade, por outro lado, que o património natural que se aborda não está na vila de Sintra, ao invés de dar uma perspetiva das localidades onde estes se inserem, aborda-se em seguida a ocupação da Serra de Sintra de forma mais geral.

da região: maçã reineta, pêssigo-roxo, limão e pera-pérola, assim como o famoso vinho de Colares, apreciado internacionalmente. O artesanato é também importante e reflete as características naturais da região, nomeadamente a cestaria, produção de farinha nos moinhos, pão e bolos regionais (como as muito famosas queijadas) cuja origem recua ao estilo de vida pastoral que se manteve quase inalterado até meados do século XX. (Pena, Gomes, & Cabral, 2001)

A ação antrópica também deixou marcas na Serra. Desde logo na mata autóctone da qual restam apenas fragmentos. Uma das primeiras atividades aqui implementadas pelo Homem, o sobre pastoreio dos terrenos baldios, resultou no desaparecimento parcial do coberto vegetal, especialmente nos pontos mais elevados da Serra. (Raposo, 2007) Situação que teria proporcionado o agravamento dos fenómenos de erosão e escorrência superficial se não se tivesse avançado com a reflorestação. Esta iniciou-se em meados do século XIX com D. Fernando II e mantém-se hoje com a Parques de Sintra. Ainda assim, este esforço não foi constante pois após 1910, com a república, a Serra foi relativamente abandonada no contexto social e cultural do país. O veraneio das elites mudou-se para Cascais e Estoril, ficando em Sintra apenas os mais conservadores. Só já perto do final do século XX, com a criação do Parque Natural (PNSC) em 1994 e a classificação da UNESCO no ano seguinte é que o valor natural e cultural desta região se estabeleceu em definitivo até aos nossos dias. (Raposo, 2007)

3.6 – Património Natural

Para abordar o património natural de Sintra, há que começar pelo Parque Natural. Este ocupa uma área total de aproximadamente 144,51km² (14.450,85ha) “dos quais 112,71km² (78%) pertencem ao Concelho de Sintra e 31,79km² (22%) ao Concelho de Cascais, estando inserido na Área Metropolitana de Lisboa (AML). O PNSC pode diferenciar-se em três grandes áreas: o litoral; a Serra de Sintra; e a área agrícola a Norte desta Serra.” (Fonseca, 2009:52) (**Figura 4**)

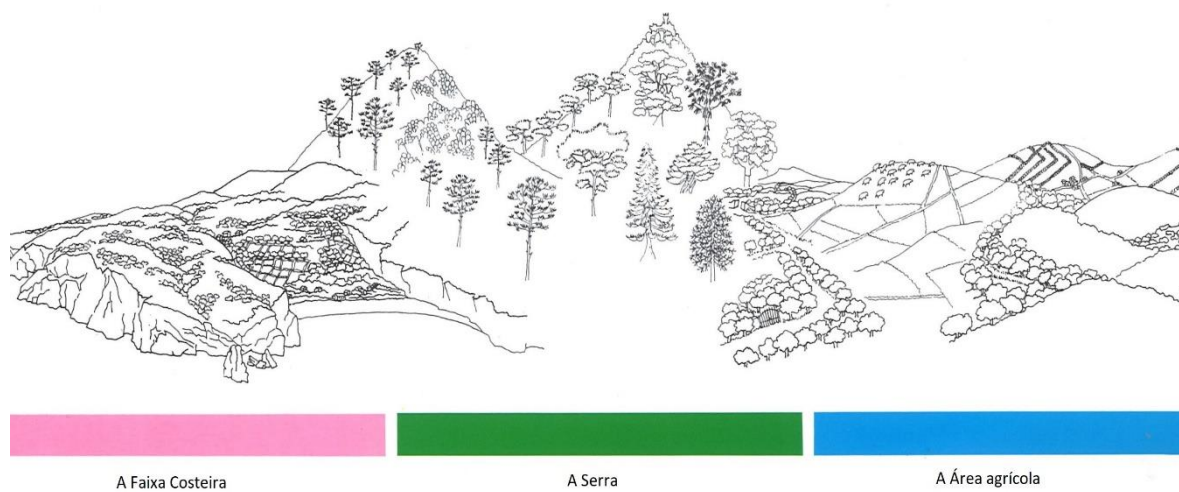


Figura 4 - As três faixas do PNSC. Fonte: Pena, Gomes, & Cabral (2001)

Associado a esta variedade está a geologia inerente à serra. Genericamente falando, o substrato geológico inclui uma variedade de formações que são bastante distintas na sua natureza, origem e período de formação, que revelam uma diversidade pouco usual no contexto nacional. Datados desde o Jurássico superior ao Quaternário, os três tipos de rocha estão aqui presentes, sedimentares, magmáticas e metamórficas. Como foi dito, o granito e o sienito predominam no maciço eruptivo de Sintra, que começou acerca de 85 milhões de anos. Ao longo da costa encontramos um número de formações de particular interesse científico e didático (Levratti, Rodrigues, Castaldini, & Levi, 2011), como, a duna consolidada do Magoito, os sinais da erosão marinha nas arribas das Azenhas do Mar, as faces calcárias verticais da Praia Grande onde se pode observar pegadas de Dinossauros, e, a sul da serra, o sistema dunar Guincho-Crismina. Na serra pode também observar-se as formações rochosas, “caos de blocos”, que costumam causar curiosidade nos visitantes.

A tabela que se segue (**Tabela 2**) mostra uma lista de formações naturais de especial interesse no Parque Natural, conforme surgem no Plano de Ordenamento (POPNSC). Assinaladas com (*) estão aquelas que são alvo de análise nas páginas seguintes:

Tabela 2: Formações geológicas de especial interesse científico e didático	
Património geológico	Características
Filão camada da Lomba de Pianos	Basaltos do CVL pertencentes ao Cretácico Superior terminal, concordantes com os calcários e margas sobrejacentes ao Cretácico superior, com uma espessura de 20m e uma extensão de 3km.
Duna consolidada do Magoito	Duna fóssil ou paleoduna – grãos de areia agregados por cimento calcário ou argiloso, com cerca de 10 mil anos.
Arriba “viva” das Azenhas do Mar*	Com cerca de 100 Ma, rocha sedimentar do Cretácico Superior.
Praia das Maçãs*	A Norte da Praia, restos de duna consolidada, diáclases nos calcários com alteração ferruginosa, níveis fossilíferos, filão camada basáltico.
Jazida de Dinossauros da Praia Grande do Rodízio*	Calcários com cerca de 120 Ma, com pegadas de saurópodes (herbívoros) e carnívoros bípedes.
Praia da Adraga – Fojo e Pedra de Alvidrar	Camadas de calcários do Jurássico Superior com 150 Ma.
Cabo da Roca*	Esporão de sienitos onde afloram brechas eruptivas.
Praia da Ursa	Nesta praia é visível o contacto dos granitos do maciço eruptivo de Sintra e os calcários do Jurássico.
Filões entrecruzados	A Norte da Praia do Abano contacto entre o granito do MÊS e as camadas sedimentares que o encaixam através de filões entrecruzados.
Sistema dunar do Guincho	Areia depositada pelo mar nas praias do Guincho e Crismina a N e que se move sobre os calcários do Cretácico na zona da Crismina e Marinha, retomando o mar a S, entre Oitavos e Guia.

Chaminé vulcânica	Corresponde à instalação do CVL.
Campo de lapiás entre Santa Marta e Cabo Raso e Boca do Inferno	Calcários do Cretácico inferior onde surgiu este modelado cársico. Neste local também é visível “terra rossa”, praias levantadas do Quaternário e filões que deram origem aos “matacões”.
Pedra Amarela	Local de observação do MÊS.
Erosão “em bolas” da Peninha*	Sienitos do núcleo do MES, que se formou há cerca de 80 Ma.
Lapiás da Granja dos Serões	Sítio classificado, Decreto-Lei n.º 393/91 de 11 de outubro, onde se pode observar modelado cársico.

“Formações geológicas de especial interesse científico e didático” conforme o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC)
 Fonte: ICN (2003:58-62)

A escolha do património assinalado na anterior tabela resultou destes serem os elementos do Parque Natural que mais vezes visitamos com turistas. O Cabo da Roca em particular é, de todos estes, o mais visitado, e por isso possibilita uma melhor análise aos efeitos do aumento do turismo. Há ainda a considerar que o património escolhido é o que se encontra mais perto da vila de Sintra, pelo que serão os mais visitados por quem ali se dirija para fazer turismo, permitindo assim uma complementaridade entre o património histórico (analisado à frente) e o património natural.

A **Figura 5** mostra a localização dos elementos do património natural e histórico que serão analisados na área de estudo (ver **Figura 1** na página 17).

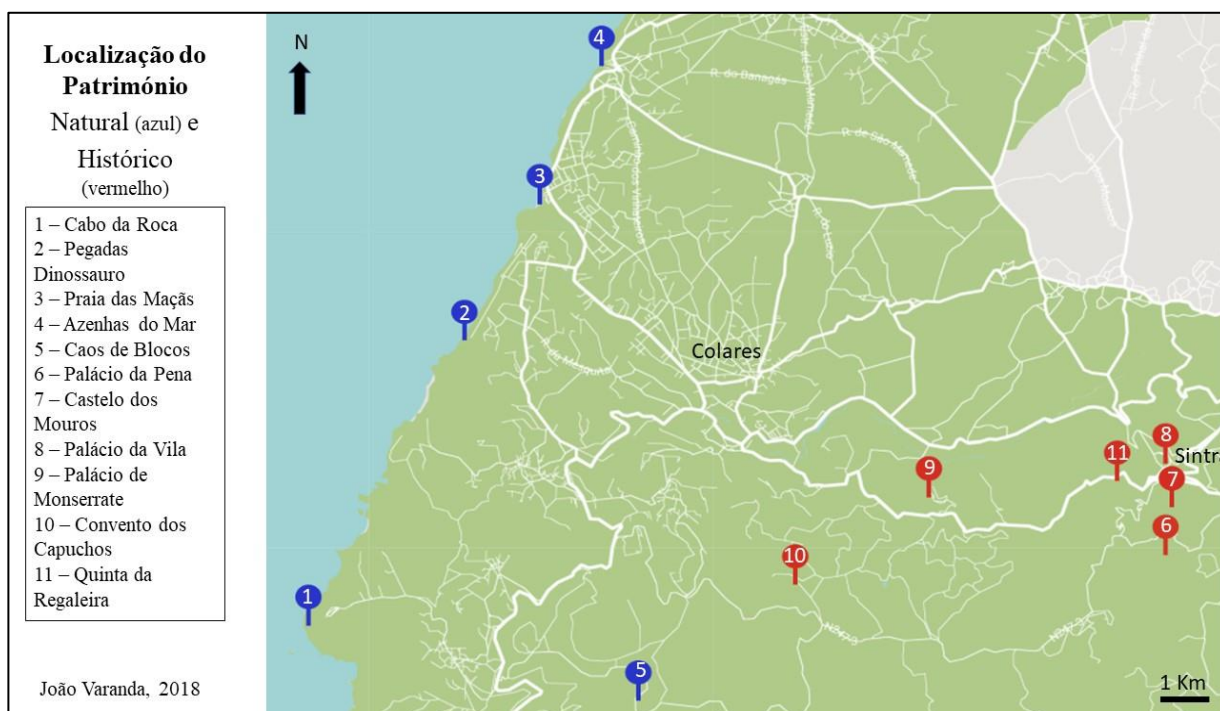


Figura 5 - Localização do Património Natural e Histórico

Como nos mostra a **Figura 5**, a maioria dos elementos do património natural escolhidos ficam na costa, sendo a exceção as formações rochosas em “caos de blocos” na Serra. Situação contrastante com o património histórico em que nenhum dos elementos escolhidos fica na costa. O critério de escolha dos elementos do património histórico foi o número de visitantes. No seu *Atlas do Parque Natural de Sintra-Cascais* (2005), Luís Baltazar e Carlos Martins, no capítulo do Património Cultural (pp.40-43), destacam precisamente os elementos que serão aqui tratados. Os mesmos autores cartografaram todos os elementos de património arqueológico e arquitetónico (civil, militar e religioso) e a grande maioria dos elementos encontra-se em Sintra e arredores, longe da costa. De facto, com exceção de alguns elementos arqueológicos junto à Praia das Maças, não existe qualquer elemento na linha de costa na nossa área de estudo. Em seguida introduz-se cada um dos elementos, começando pelos naturais. A ordem é a seguida pela **Tabela 2**.

Azenhas do Mar

Esta pequena localidade, com uma população de cerca de 800 habitantes, desenvolve-se ao longo de uma linha-de-água que ali desagua no oceano e quebra as arribas da costa. Ao longo desta ribeira existiam as azenhas que deram nome à vila. Atualmente, a vila é particularmente famosa pela sua piscina oceânica, e é usada como estância balnear desde os anos 30 do século passado. Numa perspetiva científica, aqui destaca-se a “arriba viva” ali presente. Estas arribas são formadas por camadas alternantes de rochas sedimentares depositadas quando o nível do mar era muito mais elevado (Cretácico). A diferença de dureza entre as margas e os calcários e a fracturação vertical cria blocos que se desprendem e caem, levando ao recuo natural e progressivo da arriba, por isso, dita “viva”. (ICN, 2003; Marcelino, s.d.)



Figura 6 - Azenhas do Mar (Foto original, 2018)

Praia das Mações

Praia muito frequentada por adeptos dos desportos aquáticos, deve o seu nome aos frutos que eram trazidos dos pomares pela ribeira de Colares que desagua na margem S da praia. De fácil acesso, o visitante poderá facilmente apanhar o elétrico que parte de Sintra e chega à entrada da praia em quarenta minutos. Junto à praia ficam também as piscinas municipais (CM Sintra, 2014). A praia apresenta alguns pontos de interesse científico, nomeadamente os restos de uma duna consolidada no lado N; a S um filão basáltico e camadas com calcários fossilíferos (Fonseca, 2009).

Pegadas de dinossauro da Praia Grande

No extremo S da Praia Grande do Rodízio existe uma arriba com mais de 120 milhões de anos que contem uma face calcária do Cretácico onde se podem observar pegadas de várias espécies de dinossauros. Estas ficaram preservadas pelo facto de o local ser, na altura, uma zona alagada ou lagunar, onde os animais deixaram as suas impressões. Estas foram em seguida cobertas por deposição de sedimentos e preservadas. Seguiu-se a deformação das camadas devido à criação da Serra (80-90 Ma.) até ficarem quase verticais como se observa hoje. Com o tempo, a erosão voltou a fazer aflorar a camada com as pegadas, permitindo a sua observação (**Figura 7**). Foram identificadas, nos estudos do local conduzidos na década de 1980, três espécies: um terópode (carnívoro) que teria aproximadamente 2,5m de altura à anca, um ornitópode e um saurópode (ambos herbívoros) (Santos, 2008). Numa perspetiva de potencial turístico, o local tem grande valor didático para o geoturismo e paleoturismo para todas as idades. O acesso é relativamente fácil a partir da Praia Grande, e existe uma plataforma de madeira ali colocada para a observação (**Figura 8**) mas as arribas instáveis podem ser um risco, havendo no topo um aviso para que não se exceda os 10 visitantes de cada vez (**Figura 9**), sendo preferível a visita durante os meses de verão.



Figura 7 - Pegadas de Dinossauro na Praia Grande. À esquerda, pegadas de Terópode.

(Foto original, 2017)



Figura 8 (esq.) - Plataforma colocada para observação das pegadas (Foto original, 2017)

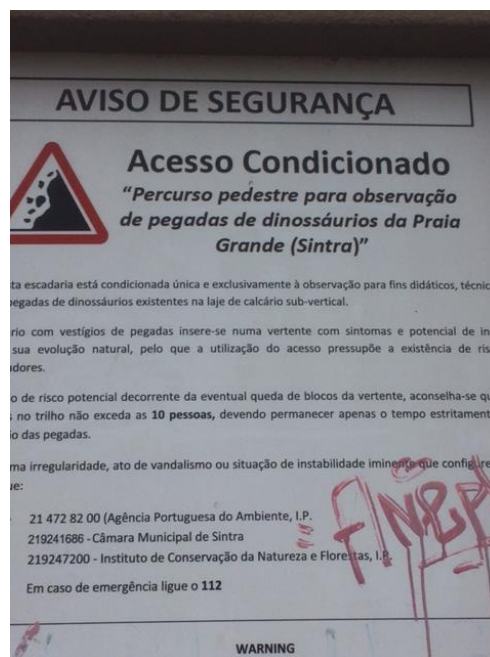


Figura 9 (dir.) - Aviso de Segurança do acesso às pegadas (Foto original, 2017)

Cabo da Roca

O ponto mais ocidental do continente europeu apresenta-se como a principal atração turística ao longo da costa em toda a região. Recebendo milhares de visitantes, especialmente ao domingo, aquando das concentrações de motards, o local apresenta uma vista sobre o Atlântico, Cabo Raso a SE, a Pedra da Ursa imediatamente a N, mais longe a Ericeira e em dias excepcionalmente limpos, as ilhas Berlengas. Na direção da Serra vê-se o Santuário da Peninha no topo, e mais abaixo a vila da Azóia. No local está um farol construído em 1772, atualmente pertencente à Marinha; um restaurante, uma loja de lembranças e um posto de informação onde se pode adquirir os famosos diplomas de visita ao local (Matos, 2007). Trata-se de um local muito interessante para quem se interessar por geografia: a cruz, colocada no local em 1979 (**Figura 10**), apresenta as coordenadas geográficas do local, ponto mais ocidental do continente, sensivelmente à mesma latitude de Washington D.C., assim como de natureza pois são facilmente avistadas aves raras, e o autóctone cravo romano. No entanto o local apresenta alguns perigos por se encontrar a 140 metros de altitude e devido ao forte vento que habitualmente ali se faz sentir. O perigo está sinalizado, mas é normal ver-se os visitantes passarem a barreira de segurança

para tirar fotografias, o que já causou várias vítimas ao longo dos anos, com casos recentes em 2011, 2014 e 2017.



Figura 10 - Cabo da Roca (Foto original, 2017)

Caos de blocos

Ao longo da serra, são visíveis os caos de blocos (**Figura 11**), uma paisagem granítica característica de locais onde houve câmara magmática (em Portugal a Serra da Estrela e Gerês são outros exemplos). A erosão das rochas sedimentares que se encontravam por cima aliviou a pressão e originou a fracturação do granito em enormes paralelepípedos (diáclases) (**Figura 12**). Com a erosão, as arestas dos blocos começam a arredondar-se até ficarem, em muitos casos, quase esféricas. São estes blocos que, desprendendo-se, rebolam pela encosta até atingirem um vale ou outros blocos, dando origem ao chamado “caos de blocos” (em inglês, “*Boulder Fields*”) (Sirovs, 2006). Os blocos formam uma

paisagem muito apreciada. Pela sua qualidade quase mística ou fantasmagórica e fotogénica¹⁰ nos dias de nevoeiro, por aficionados do *bouldering* (forma de escalada), por artistas, e por admiradores da fauna e flora locais. Alguns perigos a evitar no local prendem-se com potenciais deslizos ou desprendimentos de blocos instáveis, assim como o musgo que torna a rocha escorregadia.



Figura 11 - Caos de blocos na Serra de Sintra (Foto original, 4 de fevereiro 2017)

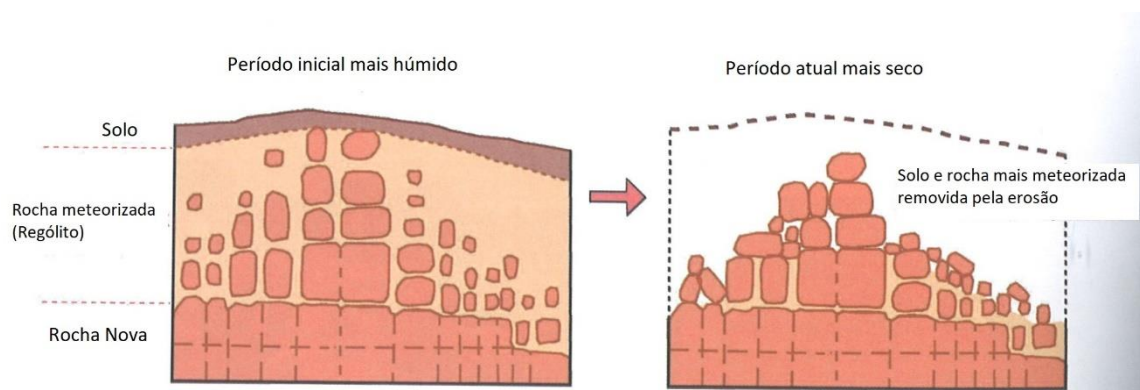


Figura 12 - Formação de “caos de blocos” Fonte: Adaptado de Sirovs (2006), baseado em Ferreira e Vieira (1999)

¹⁰ Alguns dos mais famosos blocos da Serra, como na área das “Pedras Irmãs” são muito utilizados em campanhas publicitárias, sessões fotográficas e até filmes, como foi o caso do filme *Peregrinação*, inspirado na obra de Fernão Mendes Pinto, realizado por João Botelho (2017).

3.7 – Património Histórico

Neste subcapítulo apresentam-se os principais monumentos que atraem o maior número de turistas a Sintra pelo seu valor histórico e cultural. Aqui torna-se inescapável abordar a importância da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML) visto que é a empresa que gere a maior parte do património aqui tratado. Assim, traça-se o perfil da empresa e a sua atividade, antes de apresentar cada um dos monumentos por si geridos, por ordem de número de visitantes, com a exceção do Palácio Nacional de Queluz, por não se localizar na vila de Sintra, e os restantes por, apesar de entrarem na contabilidade do número de visitantes, serem muito menos visitados que os outros: Chalet da Condessa d’Edla, Picadeiro Henrique Calado e Quintinha de Monserrate. Apesar de gerida por outra entidade (Cultursintra) não podemos deixar de fora a Quinta da Regaleira, outro grande atrativo. É apresentada no fim do capítulo.

Parques de Sintra – Monte da Lua

A Parques de Sintra, Monte da Lua (PSML) é uma empresa que foi criada em 2000 na sequência da atribuição do estatuto de Património da Humanidade à vila de Sintra pela UNESCO, exclusivamente com capitais públicos. A sua principal missão é recuperar, conservar e divulgar o seu património, que constitui os principais valores naturais e culturais de Sintra. (PSML, 2014) Para este efeito, e segundo o modelo de gestão apresentado no seu website, a estratégia passa por:

- Criar novos polos de interesse turístico através da recuperação, restauro e manutenção do património que gere e, assim, atrair mais visitantes e receitas;
- Criar uma ampla gama de produtos turísticos relacionados com os seus parques, palácios e monumentos;
- Oferecer melhores serviços aos visitantes;
- Informar e comunicar, dando especial atenção à utilização das mais recentes tecnologias de Informação e Comunicação;
- Monitorizar a satisfação dos visitantes;
- Proteger a Paisagem Cultural de Sintra;
- Desenvolver políticas de manutenção adequadas.

A iniciativa da criação da empresa partiu do Ministério do Ambiente, através do ICN, hoje ICNF. A sua estrutura acionista é hoje a seguinte (PSML, 2017):

- O Estado, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF): 35%
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF): 35%
- Turismo de Portugal: 15%
- Câmara Municipal de Sintra (CMS): 15%

A área total da propriedade hoje gerida pela PSML ronda os 550 hectares e continua a expandir-se. “A recuperação e manutenção destes espaços constituem os principais encargos da empresa e as suas fontes de receita são quase exclusivamente as provenientes das cerca de 1.700.000 visitas que anualmente recebem.” (PSML, 2014:4)

“As propriedades do Estado em causa têm fundamentalmente duas origens históricas: as adquiridas pelo Rei D. Fernando II e as adquiridas por Sir Francis Cook (Visconde de Monserrate) à família Mello e Castro, em 1858. Em 1910, com o advento da República, a gestão das áreas verdes (...) incluindo o Parque da Pena, passou para as Matas Nacionais, antecessoras dos Serviços Florestais. O Palácio da Pena foi gerido pela Fazenda Nacional, antecessora do Ministério das Finanças, até 1981, data em que passou para o IPPC, antecessor do IP-PAR/IMC. O Estado adquiriu as propriedades de Sir Francis Cook em 1949. No Parque de Monserrate, a “parte verde” foi gerida pelos Serviços Florestais, e o Palácio pelo Ministério das Finanças e, depois, pelo IPPC. Em 1994, o Governo decidiu transferir a tutela das propriedades para o Ministério do Ambiente (ICN), com exceção das Tapadas de D. Fernando II, Monserrate e da Quinta da Abelheira.” (PSML, 2014:4)

Segundo continua por explicar, nas propriedades geridas pela PSML, o uso florestal é, de longe, o dominante, representando aproximadamente 97% da área total. Nestes espaços têm vindo a ser introduzidas uma grande diversidade de espécies arbóreas, sendo que na maioria das propriedades existe “um elevado nível de infestação com espécies lenhosas invasoras, nomeadamente de várias espécies de acácias, pitósporo e oliveirinha.” (PSML, 2014:5)

“A área sob gestão está abrangida pelo Parque Natural de Sintra-Cascais e parcialmente (93%) pelo Sítio de Interesse Comunitário PTCO0008 Sintra/Cascais.” (PSML, 2014:5)

Na última década (2005-2016) a análise dos números no que a visitas/receitas diz respeito, evidência a interdependência entre o crescimento do turismo e a PSML:

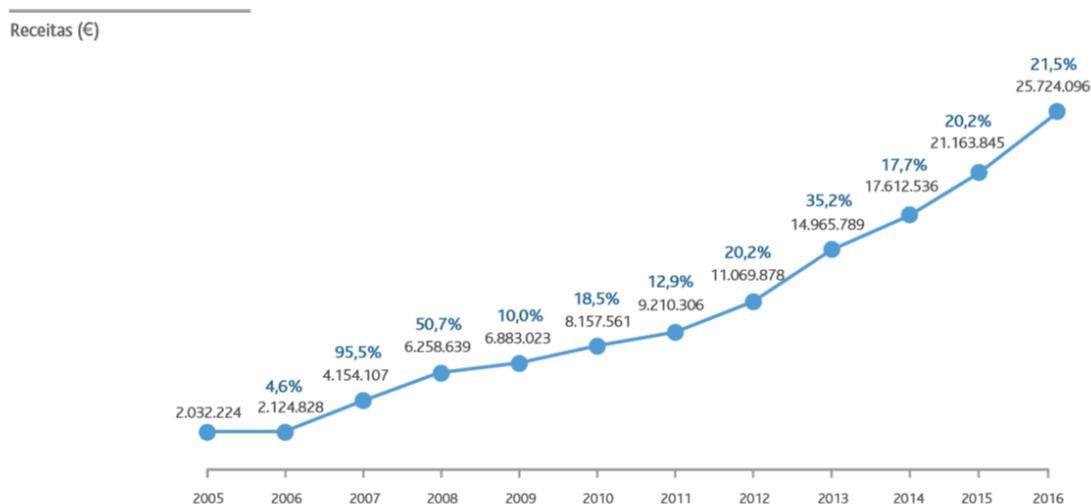


Figura 13 - Receitas da PSML entre 2005 e 2016 (fonte: PSML, Relatório e Contas, 2016)

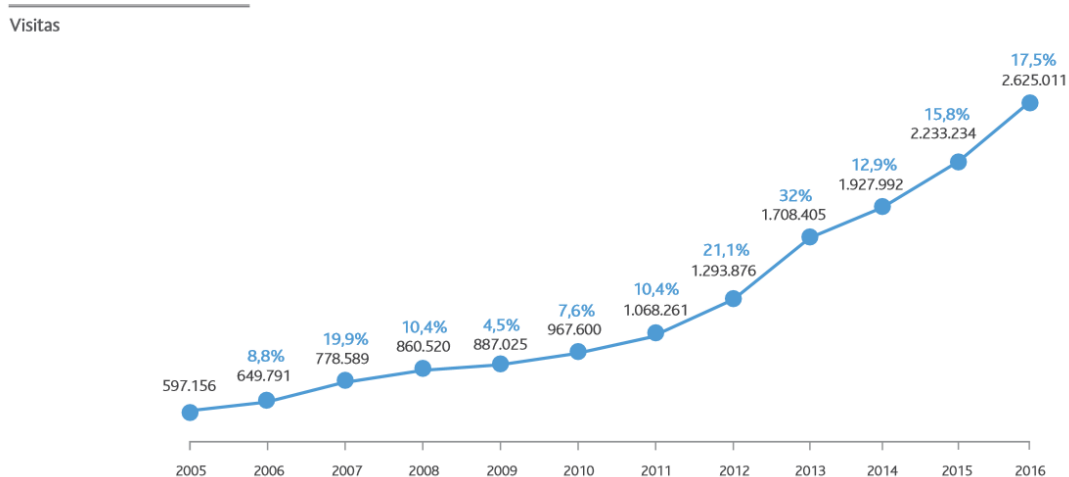


Figura 14 - Visitas ao Património da PSML entre 2005 e 2016 (fonte: PSML, Relatório e Contas, 2016)

De 2005 a 2016, o crescimento entre as visitas e as receitas faz-se em simultâneo. Nestes anos, o número de visitas aumentou 440% de 2005 para 2016, enquanto as receitas aumentaram 1 266%. O período de crise económica que se fez sentir em Portugal e no mundo entre 2008 e 2014 não aparenta ter tido grandes consequências nestes números.

Em função do cenário de crescimento turístico que se conhece em Portugal, que recebeu o prémio *World Travel Awards* em 2017 como melhor destino europeu, espera-se a continuação do crescimento nos próximos anos; o que vem dar ainda mais importância ao papel da PSML na preservação do seu património. Os planos detalhados de restauro, por fases, podem ser consultados no seu website. Em 2016, a PSML recebeu mais de 2,6 milhões de visitantes (2.625.011), o que representa um aumento de quase 18% relativamente ao ano anterior (2.233.594). Trata-se de um record numa tendência que já se vinha manifestando há vários anos pois em 2015 já tinha havido um crescimento de quase 16% em relação a 2014.

De todos estes locais geridos pela PSML que se podem visitar (9 no total, embora o Palácio Nacional de Queluz, seja um caso diferente por não se localizar em Sintra), destaca-se de longe o Palácio da Pena que recebeu em 2016, 1.328.819 visitantes; ou seja, o mesmo que todos os restantes juntos, o que representa um aumento notável de 22,54% relativamente ao ano anterior.

Tabela 3 – Número de Visitantes ao Património da PSML em 2016

(Fonte: PSML, 2017)

LOCAL	VISITAS EM 2016
Parque e Palácio Nacional da Pena	1.328.819
Palácio Nacional de Sintra	545.023
Castelo dos Mouros	424.243
Palácio Nacional de Queluz	147.592
Parque e Palácio de Monserrate	121.018
Convento dos Capuchos	35.180
Chalet da Condessa d'Edla	18.147
Picadeiro Henrique Calado	5.625
Quintinha de Monserrate	1.384

Não tendo sido ainda divulgados dados de 2017, a nossa perceção diária, comparativamente ao ano anterior, permite-nos a convicção de que este crescimento se terá mantido em 2017. Conversas informais com alguns funcionários da PSML indicaram-nos que nos meses de Verão, no pico da época alta (julho e agosto), a afluência diária pode atingir os 18.000 visitantes¹¹(**Figura 15**). Numa outra ocasião foi-nos também indicado, a 15 de abril, que no dia anterior, portanto 14 de abril, Sexta-feira Santa, tinha sido batido um recorde de visitas ao Palácio da Pena. Por experiência, podemos dizer que durante a Semana Santa, Sintra é “inundada” de turistas espanhóis e que nesse referido dia foi extremamente difícil entrar no Palácio. Não havendo números oficiais, a nossa perceção parece confirmar o que nos foi dito. Em agosto, um jornal regional¹² publicou dados relativamente ao primeiro semestre de 2017 onde afirma que, nesse período, Sintra tinha recebido 1,3 milhões de visitantes, um aumento de 27% em relação a 2016. Afirmava-se ainda que o Parque e Palácio da Pena tinha atingido as 709 mil visitas. Números notáveis se tivermos em conta que aqui não estão incluídos os meses de julho, agosto e setembro, os mais movimentados.



Figura 15 - Fila para entrar no Palácio da Pena em agosto (foto original, 2017)

¹¹ Números plausíveis se considerarmos que segundo os dados publicados pela PSML, em agosto estes recebem cerca de 400 mil visitantes. Se dividirmos este total pelos 31 dias do mês obtemos 12 900 visitantes diários se fossem equitativamente distribuídos. Contudo, salienta-se que os dias a meio da semana (terça, quarta, quinta) costumam ser menos movimentados que nos fins-de-semana. Não custa por isso supor que em determinados dias, o número de visitantes ronde, de facto, os 18 mil.

¹² Jornal *Dica da Semana*, Edição nº809, 24 de agosto de 2017, pp. 2 (fonte e autor não identificados)

Segundo os dados divulgados pela PSML, 82,19% dos visitantes são de nacionalidade estrangeira (**Figura 16**).

PSML - NACIONALIDADE DOS VISITANTES

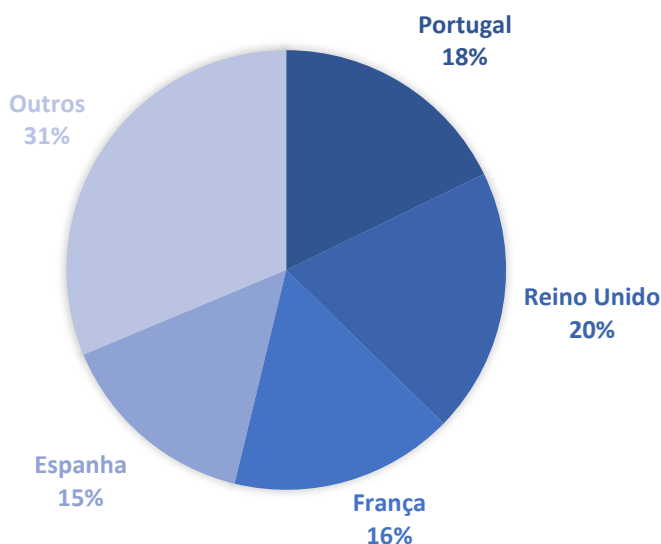


Figura 16 - Nacionalidade dos visitantes. Fonte: PSML, 2017

O grupo mais representado é o de visitantes do Reino Unido, que supera os de Portugal. Seguem-se França, Espanha e nos restantes (31%) destacam-se os oriundos do Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Rússia e China.¹³

Terminada a apresentação do papel da PSML, passa-se aos vários elementos do património histórico, seguindo-se a ordem do número de visitantes (**Tabela 3**), com a Quinta da Regaleira a seguir.

¹³ Sendo estes dados uma boa representação da realidade, podemos dizer que não são 100% rigorosos, uma vez que nem sempre os visitantes são questionados quanto à sua nacionalidade. Nas alturas de maior enchente, quando a fila das bilheteiras é extensa, a prioridade dos funcionários é processar a venda de ingressos e a recolha destes dados é algo negligenciada.

Palácio Nacional da Pena

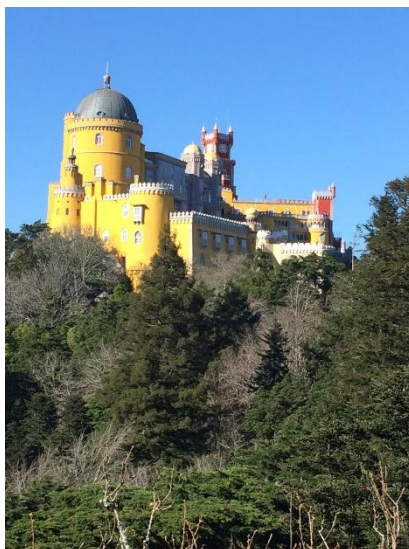


Figura 17 - Palácio da Pena (Foto original, 2017)

Situado no topo da serra, dentro de um parque com uma área de 85ha (PSML, 2015), este é o palácio mais visitado em Sintra. A primeira característica que salta à vista são as suas cores vivas de amarelo-torrado e rosa-velho. O seu aspeto atual data do século XIX e resultou do esforço e empenho de D. Fernando II, rei-consorte da rainha D. Maria II, alemão de uma família nobre da Baviera (*Saxe-Coburgo e Gotha*). A parte rosa do palácio corresponde a um antigo mosteiro construído no século XVI por D. Manuel I, pois segundo a lenda, teria sido no topo desta serra que, o então rei, avistou a armada de Vasco da Gama no seu regresso a Lisboa após a viagem à Índia. Já se encontrava no local uma antiga capela dedicada a N. Sra. da Pena que datava do reinado de D. João II (1481-1495) e terá sido em agradecimento a esta santa que D. Manuel decidiu construir o mosteiro. Aqui viveram frades da ordem de São Jerónimo até à abolição das ordens religiosas em 1835. No ano seguinte D. Fernando, um primo-direito do príncipe Alberto da rainha Vitória de Inglaterra, veio para Portugal e comprou (por 500,000 reais) os terrenos onde se situava o mosteiro, assim como as ruínas do Castelo dos Mouros. (Pereira & Carneiro, 2006)

Homem do seu tempo – o Romantismo do século XIX – D. Fernando ambicionava recrear a imagem dos famosos castelos da Baviera. Para tal contou com a ajuda de um arquiteto prussiano, o Barão Ludwig von Eschwege, que já tinha familiaridade com

Portugal por aqui trabalhar como engenheiro mineiro. D. Fernando era um artista romântico e o principal legado que nos deixou foi os trabalhos em muitos dos nossos maiores monumentos: Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro da Batalha, Sé de Lisboa, Convento de Cristo em Tomar e Castelo dos Mouros. Mas nenhum apresenta uma mescla de estilos arquitetónicos como a Pena: um híbrido com elementos góticos, minaretes mouriscos, copulas renascentistas, janelas neomanuelinas e pórticos barrocos, além de inúmeras estátuas e gárgulas carregadas de simbolismo, algumas delas desenhadas pelo próprio D. Fernando como é o caso do pórtico do Tritão que recebe os visitantes. (Gil, 1990) Digase ainda, como curiosidade, que foi daqui que a família real fugiu para o exílio a 4 de outubro de 1910.

Palácio da Vila



Figura 18 - Palácio da Vila (ou Palácio Nacional de Sintra). (Foto original, 2018)

Conhecido anteriormente como Palácio Real, trata-se de um híbrido, construído em diversas fases e estilos, dominando o gótico e o manuelino. Das várias fases de construção, há duas que se destacam: no reinado de D. João I (séc. XV) e D. Manuel I (séc. XVI). D. João aumentou o Palácio que já ali existia antes de 1415. O bloco central data deste período e consiste no vestíbulo, cozinha, capela e sala dos cisnes. D. Manuel acrescentou as alas direita e esquerda. A sala dos Brasões data de 1508. Obras de restauro tiveram lugar nos séculos XVII, XVIII e XIX e a coleção de azulejos ali presentes mantém-se a mais importante de Portugal. Este palácio desempenhou um importante papel em vários eventos da história de Portugal: foi aqui que D. João I decidiu empreender a expedição para a conquista de Ceuta em 1415; D. Afonso V (1432-1481) nele nasceu e morreu; e o seu sucessor, D. João II, foi aqui coroado em 1481. Foi a residência de D. Manuel I quando este recebeu as notícias das descobertas da Índia e Brasil. D. Sebastião foi nele proclamado rei em 1557 quando tinha apenas três anos; e igualmente onde deu a sua última audiência antes da partida para Alcácer-Quibir de onde não voltaria em 1578. Antes disso, foi neste palácio que Luís de Camões lhe recitou, pela primeira vez, os *Lusíadas*. D. Afonso VI (1643-1683) passou aqui os seus últimos anos como prisioneiro do seu irmão D. Pedro II, depois de enlouquecer e deixar o trono em 1667. Usado com maior frequência nos meses de Verão, o Palácio Nacional de Sintra pertenceu à família real portuguesa durante 800 anos e é o palácio medieval mais bem preservado em Portugal. (Gil, 1990; Silva, 2002)

Castelo dos Mouros



Figura 19 - Castelo dos Mouros (Foto original, 2018)

Construído originalmente por volta do século X pelas populações muçulmanas que ocuparam a península ibérica, terá sido usado como base avançada de Lisboa para controlar os territórios a Norte e a costa Atlântica. A última fase de ocupação islâmica deu-se no século XII. Em 1147, na sequência da conquista de Lisboa, D. Afonso Henriques conquista o castelo. Séculos mais tarde, em 1839, por iniciativa de D. Fernando II, o restauro no castelo e área envolvente incluiu estruturas que não existiam anteriormente, bem ao estilo romântico. Em 2013, através do projeto “À Conquista do Castelo”, deu-se uma restauração que recuperou caminhos, muralhas e lhe deu a configuração atual. (IPPAR, 2002)

Palácio de Monserrate



Figura 20 - Palácio de Monserrate

Fonte: PSML (<https://www.parquesdesintra.pt/parques-jardins-e-monumentos/parque-e-palacio-de-monserrate/descricao/>)

Foi em 1540 que um clérigo erigiu uma capela dedicada a N. Sra. de Monserrate no local onde hoje se localiza o Palácio com esse nome. Danificado pelo terramoto de 1755, fica a dever-se ao inglês Gerad DeVisme a construção de um primeiro palácio, em estilo gótico, no local onde estavam as ruínas da capela original. Construiria também ali perto uma capela em substituição da original, e que viria a ser aproveitada anos mais tarde por Francis Cook para a criação de uma falsa ruína. No final do século XVIII, DeVisme arrenda a propriedade ao escritor William Beckford que investe fortemente nos jardins circundantes. Em 1856 é comprada pelo milionário inglês Francis Cook que promove a reconstrução do palácio e lhe dá o aspeto atual. Ficaria na posse desta família até 1947, altura em que é vendida a um comerciante de antiguidades português em leilão. Apenas dois anos depois é finalmente vendida ao Estado juntamente com os 143 hectares da tapada de Monserrate. Para além do atrativo que é o palácio, os visitantes são também convidados a explorar os jardins onde encontram centenas de espécies de plantas exóticas de todo o mundo, assim como lagos ornamentais e falsas ruínas. (Gil, 1990)

Convento dos Capuchos



Figura 21 - Convento dos Capuchos

Fonte: PSML (<https://www.parquesdesintra.pt/pontos-de-atracao/terreiro-da-fonte/>)

O Convento dos Capuchos tem a sua origem na lenda em que, durante uma caçada na floresta, D. João de Castro (1500-1548), 4.º Vice-rei da Índia, se perdeu enquanto perseguia um veado. Decidiu então descansar debaixo de um penedo e durante a sua sesta, em sonho, ter-lhe-á sido revelada a necessidade de ali se construir um templo cristão. Veio, no entanto, a falecer sem que tivesse oportunidade de o concretizar. Caberia ao seu filho a realização do sonho em 1560. Assim foi construído o convento no meio da floresta e entre as formações rochosas típicas da Serra da Sintra. Este convento foi então ocupado por frades franciscanos (oito no total). O seu nome de “Capuchos” advém da forma cónica do capuz usado por estes. Aqui, os frades impunham severas regras de mortificação do corpo: pobreza extrema e renúncia completa aos bens materiais. O seu objetivo era a completa introspeção, meditação e contemplação da natureza, a obra divina. Estavam proibidos de comer carne e tinham uma dieta essencialmente vegetariana, embora aceitassem por vezes oferendas dos visitantes. Neste convento salta à vista as condições difíceis e reduzidas que os frades se autoimpunham, nomeadamente no tamanho das habitações, as portas pequenas, e o pouco conforto dos quartos. Após uma visita em 1581, o rei Filipe (I de Portugal, II de Espanha) escreveu que havia dois locais que mais valorizava no seu reino: o Escorial em Madrid pela sua riqueza e os Capuchos em Sintra pela sua pobreza. Em 1834, com a abolição das ordens religiosas, o convento foi abandonado, tendo sido adquirido por Francis Cook em 1873. Foi por fim adquirido pelo Estado português em 1949. (Leandro, 2007)

Quinta da Regaleira



Figura 22 - Quinta da Regaleira (Foto original, 2018)

Atualmente um dos monumentos mais procurados, o local onde hoje se encontra a Quinta da Regaleira, é uma propriedade que mudou de dono várias vezes ao longo dos séculos, havendo registos desde 1697. Em 1840 foi adquirida pela Baronesa da Regaleira que a converteu num retiro de Verão e lhe deu o nome que conserva até hoje (chamava-se anteriormente Quinta da Torre). Em 1893 foi vendida em hasta pública a António Augusto de Carvalho Monteiro (1848-1920), filantropo de origens portuguesas nascido no Rio de Janeiro. Foi ele o responsável pela contratação de Luigi Manini (1848-1936), arquiteto e cenógrafo italiano que ficara célebre pelo seu trabalho nos teatros São Carlos e Dona Maria. Assim, foi durante a primeira década do século XX que a Quinta adquiriu a decoração exuberante que exhibe hoje. Em 1946, é comprada por Waldemar Jara d'Orey (1887-1974) que faz algumas pequenas alterações. Em 1987 a Quinta da Regaleira é vendida à empresa japonesa Aoki e dez anos depois à Câmara de Sintra. Sob administração da Fundação Cultursintra, a propriedade inicia trabalhos de restauração, e abre as portas ao público pela primeira vez a 27 de junho de 1998. Mais do que pelo seu palácio, a Quinta da Regaleira é procurada pelos turistas pelos seus jardins e túneis escavados na

montanha, carregados de símbolos maçónicos (Carvalho Monteiro era maçom) e referências mitológicas a Virgílio, Dante, Milton e Camões (Mendes & Leandro, 2007).

Em relação à Quinta da Regaleira, não é fácil ter acesso a dados do número de visitantes. Por experiência podemos afirmar que, não estando ao nível do Palácio da Pena, a Regaleira tem vindo a tornar-se cada vez mais procurada pela sua qualidade fotogénica e quase como se de um parque de diversões se tratasse pelos seus túneis, grutas e poços. Segundo Ferreira (2013), a Regaleira rondaria na altura os 300.000 visitantes anuais, mas é muito provável que estes números tenham aumentado nos anos mais recentes.

A Quinta da Regaleira conclui a lista de património histórico cujo estado de conservação e impactes do aumento turístico será à frente avaliado. Antes de se proceder a essa avaliação, destaca-se o turismo em Sintra, nomeadamente os seus fluxos e momentos de maior pressão.

4 – Turismo em Sintra: fluxos e política

Sintra é, indubitavelmente, um foco de atração turística, mas que imagem têm dela os visitantes? O que esperam encontrar e como tomaram a decisão de visitar esta vila histórica? As nossas experiências de interação direta com turistas de todas as nacionalidades permitem-nos tirar algumas conclusões.

A que se deve este constante fluxo crescente no número de turistas em Sintra? Em primeiro lugar, podemos fazer uma distinção: dos milhares de turistas que visitam Sintra, há duas grandes subdivisões. Os que se deslocam a título individual, sejam indivíduos, casais, famílias ou grupos de amigos e os que se deslocam em grandes grupos, excursionistas, geralmente com recurso a autocarro e guia particular, que muitas vezes inclui Sintra num pacote mais alargado que, muitas vezes, cobre Portugal e Espanha.

Se excluirmos estes grupos onde Sintra faz parte do itinerário, constatamos que, muitas vezes, os turistas “individuais” só descobrem Sintra depois de estarem em Lisboa (embora a fama de Sintra venha em crescendo). A maioria fica hospedada em hotéis da capital e permanecem por apenas alguns dias antes de voarem de regresso ao país natal, ou continuarem as suas férias noutra região (norte de Portugal) ou país (muitos fazem percurso pelas principais cidades europeias, tendência particularmente notória entre americanos).

Nestes poucos dias que permanecem em Lisboa, existem áreas que sempre estão incluídas nos guias: Chiado, Alfama, Belém, Parque das Nações e, enfim Sintra. Estando mais longe, normalmente dedicam um dos seus dias a visitá-la. Sintra apresenta-se como uma excelente opção para passar um dos dias da estadia por várias razões:

- Tem uma grande variedade de atividades e áreas a visitar, o que permite agradar a um público maior. Tem algo para todas os grupos: para quem se interessa mais por história, os palácios são verdadeiros museus com muita informação histórica disponibilizada; para quem prefere ver natureza, a floresta, a costa e os parques fornecem percursos e trilhos pedestres para apreciar o património natural; para quem tem crianças que poderiam considerar a história aborrecida, têm algumas opções como explorar os túneis da Quinta da Regaleira, atividades de ar livre como escalada, ciclismo, teatro, passeios a cavalo, etc. que normalmente são encarados com grande entusiasmo.

- É fácil chegar a Sintra a partir do centro de Lisboa, bastando apanhar o comboio no Rossio com destino a Sintra. Não é necessário mudar de linha nem decorar nomes de estações (geralmente com nomes complicados para os estrangeiros) uma vez que se trata de ir até à última estação, de uma ponta à outra da linha.

- Fica a menos de uma hora de caminho e a frequência de comboios permite que facilmente se vá de manhã, sem grandes preocupações de horários, e se volte à tarde.

Diga-se, no entanto, a este propósito que o número de visitantes a ficar hospedado em Sintra está a aumentar, como de resto é a ambição da CMS, como nos diz o seu presidente Basílio Horta: “a ambição é mudar a configuração do turista que até hoje visita Sintra por apenas um dia (...). Queremos um turismo que venha cá e fique aqui.” (Horta, 2017)

Esta tendência de visita por apenas um dia, ou, em muitos casos, por uma manhã ou tarde, pode ser observada calculando a **Permanência Média**¹⁴ para o Município de Sintra: em 2015 o total de dormidas em Sintra foi de 395 262 (dados Pordata) e os visitantes ao património da Parques de Sintra foi de 2 233 234 (dados PSML). Fazendo o cálculo obtemos uma permanência média de 4 horas e 20 minutos, sensivelmente o tempo para visitar dois monumentos, três no máximo dependendo das escolhas sendo ainda mais difícil na época alta devido à enorme afluência como nos diz a **Figura 23**:

¹⁴ A Permanência Média (ou Estada Média) obtém-se “estabelecendo a relação entre o número de dormidas verificadas no conjunto de todos os seus meios de alojamento e o número de turistas recebidos (...) indica quantos dias, permanece, em média, cada turista” (Cunha & Abrantes, 2015:65). Ou seja, Permanência Média = Dormidas totais / Número de turistas.

Neste caso: $395.262/2.233.234 = 0,18$.

$0,18 \times 24h = 4,32h = 4h 20m$.

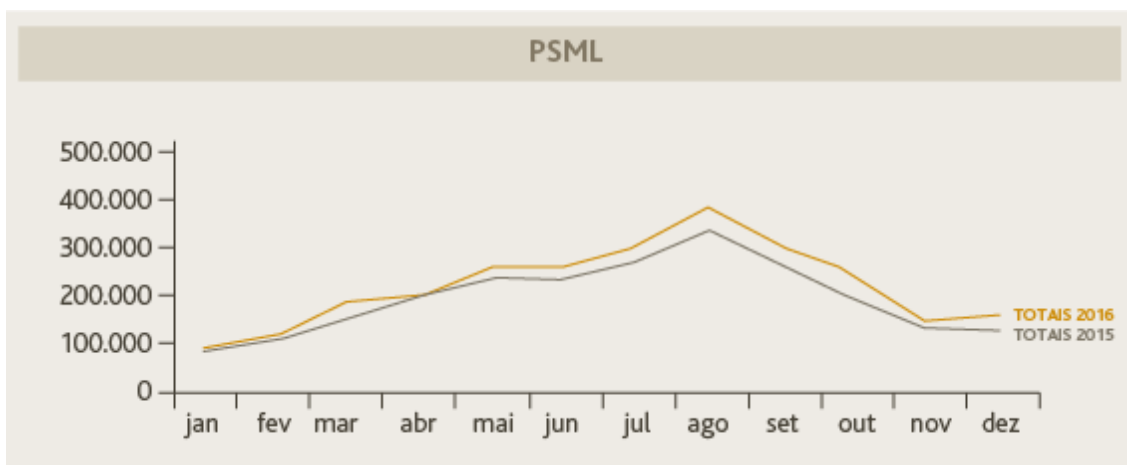


Figura 23 - Número aproximado de visitantes ao património da PSML por mês (fonte: PSML,2017)

Como nos mostram os números da PSML, a época alta decorre de abril a setembro e é acompanhada por uma alteração nos horários e preços dos monumentos. Agosto é o mês mais movimentado. Alguns meses da época baixa apresentam picos, que normalmente têm que ver com feriados e miniférias: Natal, Carnaval e Páscoa. Novembro e janeiro são os meses mais “lentos”. Estes dados podem ser igualmente observados segundo a **Taxa de Sazonalidade**¹⁵ que é de 38,5%, ou seja, quase 40% de todos os turistas que visitam Sintra fazem-no entre julho e setembro.

Falando ainda do PSML, diga-se que a empresa se tem expandido muito nos últimos anos. O seu trabalho de excelência no restauro e manutenção do património histórico há muito que é reconhecido, tendo já recebido prémios do *World Travel Awards*; e a empresa parece agora procurar criar percursos e pacotes mais alargados. Muitas áreas limítrofes aos seus parques, como a Quinta das Sequoias e a zona da Peninha, são agora geridas em conjunto pela PSML e PNSC, faladando-se já em planos para pacotes que

¹⁵ A Taxa de Sazonalidade (ou Estacionalidade) “pode definir-se (...) como sendo a desigual distribuição temporal dos movimentos turísticos ao longo do ano (...). Para avaliar a sazonalidade, (...) relaciona-se o número de turistas ou de dormidas ocorridas nos meses de maior fluxo com o total das entradas ou das dormidas verificadas durante todo o ano” (Cunha & Abrantes, 2015:69):

$$\text{Taxa de Sazonalidade} = \left(\frac{\text{Entradas nos três meses de maior concentração}}{\text{Entradas totais do ano}} \right) \times 100$$

Uma vez que a PSML não publica o número exato de visitantes por mês, mas apenas arredondado no gráfico apresentado em cima, procedemos ao arredondamento:

Total visitantes em 2016: 2.600.000

Meses mais movimentados: julho: 300.000; agosto: 400.000; setembro: 300.000. Total: 1.000.000

Assim, Taxa de Sazonalidade = $(1.000.000/2.600.000) \times 100 = 38,5\%$

incluam visitas ao santuário da Peninha e Cabo da Roca (Dinheiro Vivo; Agência Lusa, 2017). De que forma isso afetará o livre acesso de visitantes a este património e o turismo de natureza que se faz nessas áreas, está ainda por esclarecer. À primeira vista, parece haver incompatibilidade entre o turismo de natureza que se baseia na sustentabilidade com visitas em grupos pequenos, e os objetivos economicistas que promovem o aumento da oferta o mais possível. O papel moderador que o PNSC terá aqui será fundamental para garantir que o património natural não será afetado, enquanto mantém abertas as portas aos vários tipos de turismo, pois, como se sabe, “todo o turismo causa impactes, que podem ser benéficos (bons) e adversos (maus).” (Newsome & Dowling, 2006:15)

A PSML tem promovido iniciativas e parcerias que poderão também justificar o enorme aumento no número de visitantes: os turistas podem comprar um cartão que inclua comboio, autocarro e ingresso nos palácios; comprar ingressos para mais que um palácio dá direito a desconto. Para a maioria dos turistas que, como comentamos anteriormente, só descubram Sintra depois de estarem já em Lisboa, parece uma solução perfeita. O comboio leva-os a Sintra, e à saída da estação apanham o autocarro (número 434 da Scotturb) que faz um percurso circular entre o centro histórico (onde fica o Palácio da Vila) e o topo da montanha (Castelo dos Mouros e Palácio da Pena). Não é assim surpresa que sejam estes três os mais visitados. O problema desta solução são os enormes fluxos gerados. A fila para entrar no autocarro à saída da estação chega a ter dezenas de metros com centenas de pessoas que muitas vezes têm um plano de visitas alargado e acabarão por ficar descontentes por não terem tempo de o cumprir. Depois de uma curta (e apertada) viagem de autocarro, deparam-se com nova multidão e fila para entrar nos palácios (**Figuras 15 e 24**). Com tanto para ver em Sintra, este tempo de espera que se vai acumulando e esgotando, levando ao regresso a Lisboa tendo visto dois, no máximo três monumentos. Para muitas pessoas isto bastará, mas outros ficarão com a sensação de terem apenas feito parte da enorme massa humana que foi a Sintra, mas que não desfrutaram de uma experiência genuína e pessoal do local.



Figura 24 - Fila para entrar na Quinta da Regaleira em julho. (Foto original, 2017)

Aqui chegamos à questão do pequeno operador turístico. Quem visite Sintra de comboio, especialmente se chegar pela manhã, aperceber-se-á, à saída da estação, de um grupo de pessoas (chegam a ser dezenas) segurando cartazes com fotografias dos locais mais emblemáticos (**Figura 25**). São pequenos operadores turísticos, empresas ou apenas atividades em nome individual, que oferecem alternativas de vários tipos ao turista. Muitos dos visitantes, ao depararem-se com as enormes filas para os autocarros, não se importam de gastar um pouco mais para evitar o transporte público. Os serviços oferecidos são variados: transferes (transporte aos locais, comum entre os Tuk-tuk); visitas guiadas (alguns dos guias vão mesmo dentro dos palácios); aluguer de veículos (bicicletas de montanha, bicicletas elétricas, carrinhos elétricos, scooters, etc.); ou simplesmente caminhadas guiadas por trilhos que os visitantes não conheçam. Existe uma grande competitividade entre estes pequenos operadores que os leva a abordar diretamente o visitante mal ele sai do comboio. Não sendo de descurar o importante papel que desempenham no fornecimento de informação e serviços ao visitante, esta estratégia passa uma imagem de

marketing agressivo, negativa para Sintra¹⁶. Uma situação que não é vista com simpatia pela CM de Sintra. A título de exemplo, veja-se a entrevista dada por Marco Almeida, candidato à CMS em 2013 e 2017, a propósito desta situação:

“a relação dos turistas com os operadores turísticos está completamente desregulada. Aliás, basta vermos por aqui, temos pessoas à porta da estação com placas a tentar angariar turistas, quase como se fosse um assalto aos turistas. É preciso pôr cobro a isto. Isto tem um efeito negativo sobre as pessoas que nos visitam porque levam daqui uma imagem negativa e mais tarde haveremos de sofrer com esta desregulação do turismo.” (Almeida, 2017)



Figura 25 - Operadores turísticos à porta da estação a angariar clientes (Foto original, 2017)

Para combater esta situação, a CMS pretende elaborar um novo regulamento que limitará o acesso ao centro histórico por parte dos operadores turísticos, nomeadamente a veículos com elevado nível de emissões. O presidente da CMS, Basílio Horta, já afirmou querer “avançar com uma frota de carros elétricos para fazer o transporte de visitantes para a vila, controlando o número de carros que ali entram.” (Horta, 2017) Este regulamento tem merecido muita contestação por parte de alguns dos operadores pois as medidas não afetarão todos de forma igualitária. Para além disso, parece haver uma proximidade entre os interesses da CMS e da PSML. Há a lembrar que são acionistas da PSML

¹⁶ Um testemunho de um cliente, muito viajado, conta-nos nunca ter testemunhado situação idêntica em nenhum outro local na Europa, sendo comparável ao “assédio” que sentiu na chegada ao Sri Lanka.

a DGTF, o ICNF, o Turismo de Portugal e a CMS. Em locais específicos, medidas estão já a ser tomadas, como, por exemplo, a recente interdição dos operadores turísticos à entrada e fachada exterior do Palácio de Seteais (**Figura 26**).



Figura 26 - Proibição de passagem direccionada aos operadores turísticos no Palácio de Seteais
(Foto original, 2017)

Diga-se por fim, que, em julho de 2017, se encontravam registados no Turismo de Portugal, para o conselho de Sintra, 51 operadores turísticos, dos quais 22 incluíam atividades de turismo de natureza (fonte: Turismo de Portugal).

4.1 - Impactes e ameaças

Os enormes fluxos de turistas causam enormes impactes ao nível económico, social e cultural, mas aqui focaremos os impactes no património histórico e natural. Será a melhor abordagem para fazer um balanço do confronto do turismo de massas e de natureza, no que respeita aos seus efeitos físicos no meio.

O conceito global de património engloba justamente estes dois conceitos como esferas fundamentais. Subentende-se, e foi esse o nosso critério, que o património histórico tem natureza humana, podendo designar-se de construído. Por oposição, o património natural é aquele que não é construído. (Pereira P. J., 2006)

Iniciando com o património natural, este foi dividido em duas categorias cujos esforços de preservação e potenciais ameaças podem ser diferentes: geodiversidade e biodiversidade. Começamos por enumerar os diferentes tipos de ameaça, relevando os que já se manifestam, ou estão na iminência de se manifestar na nossa área de estudo.

No final, um quadro-resumo expõe todas as ameaças identificadas, juntamente com exemplos concretos, o seu grau de gravidade e possíveis medidas de mitigação. Uma metodologia idêntica foi seguida para o património histórico.

4.1.1 - Ameaças à Geodiversidade

Como nos diz Brilha (2005), a maioria dos objectos geológicos são formações rochosas, o que lhes confere uma aparência resistente e duradoura aos olhos das pessoas. Em alguns casos, esta ideia confirma-se, mas não noutros, em que estes revelam grande fragilidade. As grandes ameaças à geodiversidade advém, de forma directa ou indirecta, das atividades humanas. Se tivermos esta perspectiva, não existem grandes diferenças no que toca a ameaças à geo ou à biodiversidade.

O que se segue é uma lista, apresentada por José Brilha na sua obra *Património Geológico e Geoconservação: A conservação da Natureza na sua vertente Geológica* (2005), de atividades humanas e os seus possíveis impactes no património geológico. Os primeiros quatro itens (marcados com *) são aqueles que, na nossa opinião, mais ocorrem, ou estão em risco de ocorrer na área de estudo, Sintra:

Atividades recreativas e turísticas*

As atividades recreativas e turísticas estão, como já vimos, em grande expansão. Se considerarmos, em particular, aquelas que se desenvolvem em ambientes naturais, como ocorre em Sintra, rapidamente chegamos à conclusão de que são as que mais contribuem para a grande pressão exercida sob a geo e biodiversidade. O uso, muitas vezes pouco ou mal fiscalizado, de veículos todo-o-terreno, motorizados ou BTT, quer particulares quer por parte de empresas que não respeitam os trilhos autorizados pela Carta de Desporto do Parque Natural, em locais sensíveis e solos frágeis, como se verifica em Sintra (dunas, zonas montanhosas, arribas) pode quebrar o seu equilíbrio delicado e levar à sua destruição. Outro aspecto mencionado por Brilha é a o da espeleologia (estudo de grutas) não controlado que pode levar à destruição de estruturas cársicas. Esta não é uma atividade muito significativa na Serra de Sintra, uma vez que a sua base granítica não é propícia à formação de grutas (emboram ocorram na costa, como na Praia da Adraga). Por outro lado, uma atividade com impacte preponderante é a escalada em zonas onde a estabilidade da própria escarpa pode estar comprometida, e em Sintra observa-se também a prática do “*bouldering*”, escalar blocos de pedra sem o uso de corda de segurança, em blocos que podem estar instáveis devido à sua erosão natural.

Desenvolvimento de obras e estruturas*

Quase todas as obras de grande dimensão produzem impactes negativos sobre a geodiversidade. O projecto e execução destas obras deve prever formas de minimizar esses impactes. Estas construções apresentam grande variedade, ocorrem por toda a área da Serra de Sintra: abertura de vias de comunicação, construção de grandes edifícios, barragens, parques de estacionamento, etc.

Florestação, desflorestação e agricultura*

Este é um aspecto sensível, especialmente numa floresta como a de Sintra, “atacada” por espécies invasoras. O crescimento desenfreado da vegetação contribui para a ocultação das características geológicas da região, podendo levar à sua desvalorização científica e pedagógica. Por outro lado, a desflorestação pode também ter um efeito negativo sobre a geodiversidade ao contriuir para a acelerada erosão dos solos. Situação similar à que se observa após a ocorrência de fogos florestais como os que têm assolado Portugal nos últimos anos.

Colheita de amostras geológicas para fins não científicos*

A formação de fósseis, rochas e novos minerais, ocorrem, como se sabe, a um ritmo extremamente lento à escala humana. Daqui advém a taxa de colheita ser infinitamente superior à taxa de reconstituição destes recursos. São, por isso e para todos os efeitos, não renováveis. Estes objectos, se se encontrarem na Natureza, em terrenos públicos, são considerados património nacional. Portanto, se alguém os recolher para obter lucros pessoais está, desde logo, a praticar um roubo. A somar a este facto, também as amostras recolhidas podem ter grande valor científico e pedagógico que não é tido em conta por quem os recolhe. Refira-se que Brilha (2005) faz uma analogia, comparando esta situação a alguém entrar num jardim público e arrancar uma árvore para a plantar no seu jardim particular. Não obstante as recomendações do Parque Natural, esta é uma atividade banal e quase incontrolável em Sintra.

Exploração de recursos geológicos

Este tipo de atividades, podem ser uma ameaça a dois níveis distintos: ao nível da paisagem; e ao nível do afloramento. Os processos naturais podem ser altamente afectados pela exploração desregrada de inertes. Desde logo os leitos dos rios e as zonas costeiras podem ver os seus processos de transporte e sedimentação produzir efeitos graves a curto/médio/longo prazo.

Gestão das bacias hidrográficas

Como se sabe, Portugal é pródigo na construção de barragens e outras intervenções com vista à regularização de caudais e prevenção de cheias. Estas obras têm um efeito profundo na geo e na biodiversidade uma vez que alteram a dinâmica natural dos cursos de água, e alteram os processos de sedimentação a jusante e isolam/separam comunidades inteiras de diferentes espécies.

Atividades militares

As atividades militares, envolvendo maquinaria pesada e bombardeamentos ocorrem, regra geral, em zonas isoladas longe das populações, mas que podem ser zonas sensíveis que sofrerão com o aumento da erosão dos solos e com a poluição das munições abandonadas no terreno que afectarão as águas superficiais e subterrâneas.

Iliteracia cultural e cidadania

A maioria das ameaças apresentadas nos pontos anteriores poderiam ser drasticamente reduzidas se houvesse um maior conhecimento das geociências por parte de decisores políticos, técnicos responsáveis e público em geral. Seria no mínimo exigível, que, admitindo não possuir estes conhecimentos, fossem consultados e ouvidos profissionais qualificados nestas áreas (geologia, geografia, biologia, ecologia, etc.) que permitisse tomar decisões mais sensatas, mesmo que estas parecessem ir, à primeira vista, contra os seus objetivos economicistas. Nestes casos é imprescindível ter em conta que destruindo o património natural, a fonte de receita invariavelmente acabará, deixando apenas menor qualidade de vida para a população que se pretende servir.

4.1.2 - Ameaças à Biodiversidade

Passemos agora à enumeração das ameaças à biodiversidade, que, juntamente com a geodiversidade analisada no ponto anterior, compõem o património natural cuja degradação e impactes motivados pela massificação do turismo em Sintra é o nosso enfoque.

Muitas das ameaças que se aplicam à geodiversidade aplicam-se igualmente à biodiversidade. O motivo reside na noção do ambiente e ecologia serem um sistema: “one of the basic laws of ecology: that everything is connected to everything else and that one cannot change just one thing in nature.” (Goudie, 1981:4)

Desflorestação

A desflorestação é uma das maiores ameaças que se pode observar para a biodiversidade, pois, como nos diz Goudie (1981), não só a reduz através da extinção de espécies e incapacidade destas de gerar variabilidade genética, como modifica o próprio ambiente local e regional. Contribui para a degradação do solo e perda da manta morta, altera a infiltração de água, aumenta a sedimentação nos rios e reservatórios e modifica o próprio clima local e regime de chuvas.

Sendo Sintra uma área maioritariamente verde, a desflorestação pode ser um problema que passa despercebido, mas o desmatamento em certas zonas, por vezes para criar áreas de acolhimento turístico ou, para efeitos economicistas sendo este substituído por espécies invasoras, tem um efeito igualmente nocivo.

Introdução de espécies invasoras

Esta é, sem dúvida, uma das maiores ameaças observadas em Sintra e uma das maiores batalhas do Parque Natural e, também da Parques de Sintra. A introdução de espécies em Sintra prejudica a biodiversidade porque estas substituem as espécies nativas, alteram a química do solo e, conseqüentemente os processos geomorfológicos. Sendo mais competitivas, rapidamente substituem as endémicas e podem representar maior perigo no que toca a fogos florestais. (Goudie, 1981)

A comunidade florestal nativa (como, por exemplo, o Carvalho) pode ser devastada por um incêndio. Em seguida, plantas invasoras como a Acácia, cujo crescimento é muito mais rápido que as nativas, dissemina-se na paisagem. Não leva muitos anos até

que estas cubram extensas áreas e impeçam que as nativas se instalem. “A biodiversidade florística diminui drasticamente, assim como a da fauna.” (Cartaz informativo, PSML)

J. H. Brown (1989:85) apresenta-nos “cinco regras da invasão biológica” que facilmente se observam na Serra de Sintra, nomeadamente ao nível florístico:

Regra 1: “Ambientes isolados com baixa diversidade de espécies nativas tendem a ser especialmente suscetíveis à invasão.”

Regra 2: “Espécies invasoras de sucesso tendem a ser originárias de habitats extensos e não isolados, por vezes de vários continentes.” (Ex: Acácia)

Regra 3: “A invasão é otimizada por semelhanças entre o ambiente físico do local original e o novo local.” (Ex: Chorão-das-praias)

Regra 4: “As espécies exóticas tendem a ter maior sucesso quando as espécies nativas não ocupam nichos similares.”

Regra 5: “Espécies que habitam meios perturbados pelo homem e que possuam antecedentes de próxima associação com humanos tendem a ter mais sucesso na invasão de ambientes artificialmente modificados.”

Aumento de circulação motorizada

O Parque Natural (PNSC) é cada vez mais percorrido por veículos motorizados. A criação de novas estradas tem um enorme efeito ao nível faunístico. Como no diz Goudie (1981), a velocidade, barulho, e mobilidade perturbam populações sensíveis, e este problema intensificou-se com o rápido crescimento de uso de veículos todo-o-terreno.

Criação de novas estradas

Consequência da anterior, uma rede de estradas é bastante eficaz a criar habitats isolados, atuando como barreiras ao movimento, principalmente para animais tímidos como a Geneta. Como afirmam Oxley *et al.* (1974, cit. por Goudie, 1981:81): “Uma autoestrada de quatro vias é uma barreira tão eficaz para a dispersão de pequenos mamíferos como um corpo de água com o dobro da largura.” As estradas interrompem condições microclimáticas; são zonas de emissões poluentes e instabilidade. A somar a isto, não

oferecem proteção contra predadores, sendo os principais no Parque Natural as aves de rapina, além, claro está, do risco de atropelamento.

4.1.3 - Outros impactes observados

Consideramos oportuno relevar alguns impactes observados não contemplados nas listas anteriores. Com o número cada vez maior de visitantes, em particular nas áreas naturais, existe uma margem cada vez maior para a ocorrência de impactos negativos, e a natureza e grau desse impacto pode ser complexo e significativamente variável dependendo da situação (Mathieson & Wall, 2006).

Vários autores procuraram categorizar os potenciais impactes do turismo. Por exemplo, Buckley & Pannell (1990, cit. por Newsome & Dowling, 2006), dividiram as origens destes impactes em três grupos: viagens e transporte; acomodação; atividades e recreação. Distúrbios negativos provocados pela visita dos turistas incluem habitualmente grafiti ou esculpir os seus nomes ou iniciais no património histórico e natural (**Figuras 27 e 28**); erosão de rochas friáveis, o que pode apagar permanentemente características únicas de grande valor. (Newsome & Dowling, 2006) Criação de trilhos não autorizados ou improvisados pelos turistas (**Figura 29**), que pode levar à destruição de vegetação ou levar alguns animais a abandonar aquela área. Tudo isto se verifica em Sintra.



Figura 27 - Grafiti numa das guaritas do Palácio da Pena (Foto original, 2017)

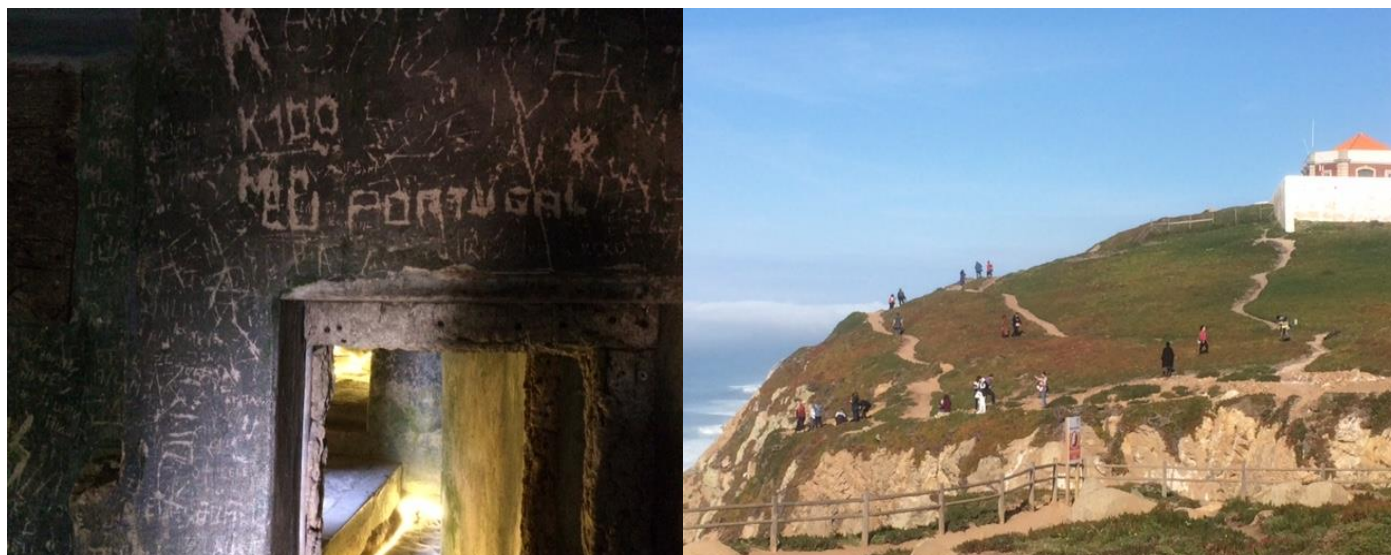


Figura 28 (esq.) - Nomes gravados nas paredes interiores do Convento dos Capuchos (Foto original, 2017)

Figura 29 (dir.) - Trilhos criados espontaneamente pelos turistas no Cabo da Roca (Foto original, 2017)

O fator perigo também não devia passar aqui em claro uma vez que as áreas rochosas e, em particular, costeiras fazem anualmente vítimas mortais no PNSC. No que toca a turistas, destacaríamos o Cabo da Roca como foco turístico onde atitudes de risco mais vezes são observadas. Desde logo, as **Figuras 30 a 33** mostram que muitos turistas passam a (simples) barreira de segurança em busca de uma melhor fotografia, muitas vezes ignorando que o solo onde se encontram é instável, ou que as rajadas de vento que se fazem sentir em locais como o Cabo da Roca podem ultrapassar os 100 km/h. No início de 2017 a Marinha tomou a iniciativa de colocar mais cinco placas de interdição de atravessamento da vedação, sendo que a violação desta barreira poderia, segundo o Decreto-Lei 159/2012, significar uma coima de 30 a 300 euros. Mas a verdade é que não demorou muito até que o forte vento destruísse os novos avisos e os hábitos dos turistas não mostraram melhoria. Ainda assim, assistiu-se no decorrer do ano um aumento da vigilância por parte da GNR.



Figura 30 - Turista que passou a barreira de segurança para a fotografia, num local a mais de 100m do mar (Foto original, 2017)



Figura 31 - Turistas tiram fotografias numa zona de solos potencialmente instáveis (Foto original, 2017)



Figura 32 - Torre de rádio do farol do Cabo da Roca destruída pelo vento forte em dezembro de 2017
(Foto original, 2017)



Figura 33 – Visitantes ignoram os sinais de interdição (Foto original, 2018)

Para concluir este capítulo, apresentamos um quadro-resumo onde se exemplificam as diversas ameaças ao Património Natural supracitadas:

Tabela 4: Ameaças ao Património Natural na Área de Estudo			
Tipo de Ameaça	Local exemplo	Nível	Medidas de mitigação
Atividades recreativas e turísticas	Serra e zonas costeiras	A	Maior fiscalização e promoção/incentivo a práticas sustentáveis
Desenvolvimento de obras e estruturas	Vila (ex. Rua Bernardim Ribeiro, N375), Serra e zonas costeiras (ex. Praia Grande)	B	Maior cuidado e publicação de estudos de impacto
Florestação, desflorestação e agricultura	Serra (abate junto à Tapada do D. Fernando II)	B	Maior divulgação e publicação de estudos de impacto
Colheita de amostras geológicas para fins não científicos	Serra (calcários de S. Pedro) e zonas costeiras (xisto do Ramalhão)	C	Divulgação e sensibilização da população
Introdução de espécies invasoras	Serra (Acácia, Háquea) e zonas costeiras (Chorão-das-praias)	A	Controlo e vigias de técnicos nas áreas sensíveis
Aumento da circulação motorizada	Vila (entre o centro e Palácio da Pena) e Serra (zona da Peninha e Pedras Irmãs)	A	Limitação do acesso a veículos particulares ao centro histórico e estrada da Pena e limitação do número de veículos em áreas específicas da Serra
Criação de novas estradas	Serra (perto do Convento dos Capuchos) e zonas costeiras (Azóia)	C	Maior cuidado e publicação de estudos de impacto
Uso não controlado de veículos não motorizados em zonas sensíveis	Serra	C	Maior fiscalização e sensibilização para que se usem os trilhos da Carta de Desporto do PNSC
Prática de escalada e bouldering em zonas de risco	Serra (ex. Peninha)	C	Maior fiscalização e sensibilização para que se usem os locais adequados da Carta de Desporto do PNSC
Grafiti / Esculpir letras no património	Serra (zona das Pedras Irmãs)	C	Maior sensibilização e vigia das autoridades
Recolha de espécies endémicas para recordação	Anfíbios (salamandras), plantas (cravo romano)	B	Maior sensibilização e vigia das autoridades
Criação de trilhos não autorizados pelo uso	Cabo da Roca	B	Vigia das autoridades e maior sinalização para a proibição

Quadro-resumo das principais ameaças ao Património Natural (geológico e biológico).
O nível de gravidade é de A (muito elevado), B (elevado) e C (moderado)

4.1.4 - Ameaças ao Património Histórico

O Património Histórico é um subconjunto do Património Cultural, e, no contexto do nosso trabalho, usamos esta denominação para nos referirmos aos monumentos mencionados, ou seja, os palácios. O Património Cultural pode, no entanto, também incluir, conforme o contexto, o Património Natural: inclui paisagens, locais históricos e edificado, assim como biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e atuais e experiências de vida (Brooks, 2001). Contudo, o Património Natural já tem a sua própria secção no presente texto.

As ameaças do turismo ao Património Histórico em casos específicos ou globalmente podem ser bastante diversificadas, e raramente se manifestam isoladamente. No seu artigo “*Heritage at Risk from Tourism*” (2001), Graham Brooks, Presidente do Comité Internacional para o Turismo Cultural, apresenta-nos uma lista de situações que podem levar à degradação do Património Cultural e, conseqüentemente, histórico de um dado local. Estes são os que consideramos serem os principais exemplos, assinalados com * os mais prementes em Sintra:

Falta de apresentação adequada

A ausência de uma apresentação e comunicação adequada do significado e importância de um local para o visitante e para a comunidade local pode levar a uma falta de apreciação/valorização da cultura e património em presença. Esta falta de conhecimento pode mesmo impedir o desenvolvimento de apoios públicos, políticos e governamentais para proteger e conservar o local.

Conflitos entre atividades turísticas*

O pouco reconhecimento dos potenciais conflitos entre projetos e atividades turísticas e a conservação do Património pode levar a mau planeamento e causar efeitos adversos no local e na comunidade presente.

Perda de autenticidade*

Programas de conservação, interpretação e desenvolvimento turístico que se são baseados numa compreensão desadequada dos aspetos, por vezes complexos, que dão significado ao local podem levar a uma perda de “autenticidade” e apreciação do local.

Idealismo em vez de realismo*

O desenvolvimento turístico pode ter um efeito adverso num local se não tiver em conta as suas dimensões estéticas, sociais, naturais e culturais, adequando a realidade à sua visão em vez do contrário.

Grandes alterações ao original*

Desenvolvimento de projetos, ou empreendimentos turísticos, podem impor níveis inaceitáveis de alterações às características físicas, integridade e ecologia originais de um local. Facilidade de acesso e transporte são muitas vezes exemplos desta prática.

Comportamento desadequado dos turistas*

Visitantes que mostram pouco respeito por locais espirituais, práticas e tradições ao comportar-se de forma irresponsável podem ter um efeito nocivo na imagem do turismo junto da comunidade anfitriã.

Falta de consulta pública*

No contexto turístico a falta de consulta à população local ao estabelecer objetivos, estratégias, políticas e protocolos para a identificação, conservação, apresentação e interpretação do seu património. No contexto do turismo, pode levar ao conflito com a população local.

Benefícios mal distribuídos

Se os benefícios económicos, educativos e de empregabilidade do turismo não estiverem equitativamente distribuídos pela comunidade local, podem gerar conflitos contra a indústria turística presente, que pode, mais tarde, levar à negligência na conservação do património material e imaterial por parte da comunidade.

Publicidade enganosa*

Programas de promoção turística que criam expectativas irrealistas e não informam responsabilmente potenciais visitantes das características específicas de um local ou comunidade anfitriã podem encorajá-los a comportarem-se de forma desadequada.

Concentração de afluência*

A promoção e gerência do património (monumentos ou coleção de monumentos) que não minimizam as flutuações nas chegadas e evitam visitas excessivas num dado momento podem ter um impacto muito negativo no património e na experiência do visitante.

Só publicitar locais mais populares*

Promoção turística que não encoraja os visitantes a usufruírem de uma oferta mais abrangente de serviços e experiências culturais locais podem os benefícios do turismo aos locais mais populares, e aumentar nesses locais a pressão turística.

Tal como no caso do Património Natural, de seguida apresentamos um quando-resumo com as principais ameaças identificadas ao Património Histórico na nossa área de estudo:

Tabela 5: Ameaças ao Património Histórico na Área de Estudo			
Tipo de Ameaça	Local exemplo	Nível	Medidas de Mitigação
Conflitos entre atividades turísticas	Grandes grupos em locais apertados (Regaleira)	A	Normas mais rigorosas que não procurem apenas lucro desmedido
Perda de autenticidade	Tentativa de adequação da história do local para cativar os visitantes, por vezes infundadas	C	Critério na escolha e preparação dos guias, interpretes, manuais, etc.
Idealismo em vez de realismo	Desenvolvimento de atividades desadequadas na Peninha e arredores	C	Intervenção do poder político para que se cumpram as normas do PNSC
Grandes alterações ao original	Obras nos quartos do Palácio da Pena	B	Divulgação dos trabalhos de restauro a fazer nos monumentos
Falta de respeito dos turistas	Grafitis, lixo, barulho, fotografias, etc. dentro dos monumentos	B	Maior vigilância dos visitantes e sensibilização, aplicação de coimas
Falta de consulta pública	Fecho de áreas e estradas públicas (N247-3)	A	Maior transparência nas medidas tomadas
Publicidade enganosa	Visita a todos os palácios e praia no mesmo dia, situação irrealista	A	Maior controlo da promoção que é feita aos visitantes
Concentração de afluência	Os palácios recebem picos de visitantes pela manhã e início da tarde	A	Informar à partida visitantes de tempos de espera e limitar número de bilhetes consoante a hora
Só publicitar locais mais populares	Muitos restaurantes, assim como outros monumentos fora da artéria principal são pouco visitados	B	Poder político exigir maior equidade na promoção de entidades mais pequenas

– Quadro resumo das principais ameaças ao Património Histórico
O nível de gravidade é de A (muito elevado), B (elevado) e C (moderado)

4.2 - Estado de conservação

Para apurar o estado de conservação do Património, quer natural quer histórico, em Sintra, procedemos ao levantamento dos vários elementos tendo em conta a integridade das suas características originais, acesso, área envolvente, estado das estruturas, etc. conforme a ficha apresentada em anexo. Como no ponto anterior, os elementos naturais e históricos foram divididos por apresentarem características diferentes mas, para ambos os casos e para cada elemento, apontam-se as principais ameaças identificadas, assim como potenciais medidas de mitigação tendo em conta as condicionantes específicas.

4.2.1 - Património Natural

Aqui apresentamos um quadro onde procuramos avaliar o estado de conservação/degradação de algum do Património Natural com uma escala de 1 (péssimo) a 5 (excelente). O nosso critério na escolha dos elementos a avaliar prendeu-se com o facto de serem estes os mais visitados na nossa área de estudo conforme explicado no capítulo 3.

Tabela 6: Estado de Conservação do Património Natural						
Nome/Categorias:	A	B	C	D	E	Total
Cabo da Roca	5	3	3	5	1 - Aumento das visitas; 2 - Uso de percursos não autorizados; 3 - Recolha de espécies endémicas; 4 - Perturbação de habitats (por visitantes, veículos e construção)	16
Pegadas Dinossauro, Praia Grande	5	3	2	3	1 - Erosão natural; 2 - Uso impróprio do acesso à praia	13
Praia das Maçãs	5	4	4	5	1 - Aumento das visitas;	18
Caos de Blocos, Pedras Irmãs	4	4	2	5	1 - Uso indevido das estruturas; 2 - Recolha de espécies endémicas; 3 - Atos de vandalismo; 4 - Perturbação de habitats	15
Arriba das Azenhas do Mar	4	3	3	4	1 - Erosão natural; 2 - Perturbação dos habitats;	14

Estado de conservação das características físicas originais.
A – Estado de conservação das características físicas originais. B – Estado da área envolvente. C – Estacionamento suficiente. D – Acessos. E – Principais ameaças identificadas.

Se observarmos os totais, constatamos que o valor mais baixo pertence às pegadas de dinossauro da Praia Grande. Isto ocorre devido às suas características físicas. Por se encontrarem numa área de solos potencialmente instáveis entre as arribas, o acesso é condicionado (como demonstra o aviso no local, **Figura 9**). A Praia das Maçãs possui o valor mais elevado, mas tal baseia-se no facto do local de maior interesse geológico se localizar na área de turismo balnear, pelo que é normal possuir melhores condições de acesso, estacionamento e área envolvente.

Se usarmos um critério do número de visitantes, ou onde o impacto destes mais se faz sentir, o Cabo da Roca destaca-se. Os efeitos dos visitantes manifestam-se não só sobre estruturas específicas, mas sobre toda a área.

4.2.2 - Património Histórico

Para o património histórico procedeu-se igualmente à aplicação da ficha do estado de conservação, mas, como se pode observar no seu anexo, este possui mais elementos pois há características mais específicas passíveis de serem avaliadas.

Assim, são apresentados os resultados do levantamento dividido em duas tabelas: a primeira relativamente às características observáveis: período(s) de construção, interior, exterior, fachada, área envolvente, estacionamento e acesso; e uma segunda com as principais ameaças em cada monumento e possíveis medidas.

Tabela 7: Estado de conservação dos elementos de património histórico na área de estudo

Nome	Construção	Interior			Exterior		Fachada		Área envolvente	Estacionamento	Acesso
		Mobília.	Arquitetura	Pintura/Azulejo	Arquit.	Janelas	Tipo	Estado			
Palácio da Pena	1400-1750; 1756-1850	5	5	5	5	4	Azulejo/ Alvenaria	5	4	1	3
Palácio da Vila	<1400; 1400-1750; 1756-1850	5	5	5	5	5	Alvenaria	5	5	1	5
Castelo dos Mouros	<1400; 1756-1850	-	3	-	4	-	Pedra	3	4	1	2
Palácio de Monserrate	1756-1850; 1851-1950	-	4	4	4	4	Alvenaria	4	5	4	3
Convento dos Capuchos	1400-1750	-	2	2	4	-	Pedra	3	3	5	3
Quinta da Regaleira	1851-1950	-	5	4	5	5	Alvenaria	4	3	1	3

Estado de conservação dos vários elementos do património histórico.
Escala, quando aplicável, de 1 (péssimo) a 5 (excelente).

Tabela 8: Ameaças identificadas ao património histórico e medidas de mitigação

Nome:	Principais ameaças identificadas:	Medidas de mitigação:
Palácio da Pena	<ul style="list-style-type: none"> • Número excessivo de visitantes concentrados no tempo; • Estacionamento insuficiente para a época alta; • Restauração dos interiores não é devidamente explicada; • Visitantes que não respeitam normas de segurança do local 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação de bilhetes para alturas específicas do dia; • Divulgação do funcionamento concreto da restauração; • Maior vigilância no exterior do palácio
Palácio da Vila	<ul style="list-style-type: none"> • Número excessivo de visitantes concentrados no tempo; • Estacionamento insuficiente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação de bilhetes para alturas específicas do dia; • Aviso das condições de acesso e entrada a visitantes que tentem visitar outros palácios sob gerência da PSML
Castelo dos Mouros	<ul style="list-style-type: none"> • Visitantes que não respeitam as normas de segurança local; • Estacionamento insuficiente para a época alta; 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior vigilância junto das muralhas; • Promover compra de bilhetes no Castelo para evitar concentração nas bilheteiras do Parque da Pena
Palácio de Monserrate	<ul style="list-style-type: none"> • Visitantes que não respeitam normas de segurança do local; • Recolha e acesso de visitantes a áreas não autorizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior sensibilização dos visitantes à entrada
Convento dos Capuchos	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas em mau estado de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação da reabilitação do espaço
Quinta da Regaleira	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de controlo na entrada de grupos grandes em pequenas áreas • Falta quase total de estacionamento e condições de segurança na entrada principal 	<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de sinais unidirecionais; • Maior vigilância e maior controlo do trânsito.

Ameaças identificadas nos vários elementos de património histórico e possíveis medidas de mitigação.

Uma vez que nem todos os monumentos são passíveis de serem avaliados em todas as categorias como no caso do património natural, conclusões mais abrangentes impõem-se. Os palácios mais visitados (Pena, Vila e Regaleira) são os que apresentam o melhor estado de conservação. Se à primeira vista tal pode parecer paradoxal, convém lembrar que são igualmente estes que, por serem as principais atrações, recebem mais obras de recuperação e requalificação. O Castelo dos Mouros pode ser uma exceção, mas há que considerar tratar-se do mais antigo, donde teria maior potencial para estar naturalmente mais degradado, e, pela sua função mais militar que residencial, não possuir características estéticas (estátuas, colunas, varandas, etc.) a conservar como no caso dos outros.

O Palácio de Monserrate e Convento dos Capuchos surgem em segundo plano no que ao número de visitantes diz respeito, e os seus níveis de conservação são também inferiores. Monserrate tem vindo a promover iniciativas para aumentar os seus rendimentos, como exposições artísticas, concertos, exibição de filmes, etc.¹⁷, mas os Capuchos está numa situação diferente: é muito mais antigo e esteve abandonado durante séculos, tendo ficado bastante degradado (**Figura 29**). A PSML só em 2013 iniciou a sua reabilitação estando a ser ainda alvo de pesquisa arqueológica. É de esperar que o número de visitantes venha a aumentar, mas o seu potencial turístico será sempre inferior aos restantes. Em primeiro lugar pelas limitações físicas e reduzidas dimensões onde dificilmente se imagina mais de duas dúzias de visitantes em simultâneo no interior do Convento. A outra questão é o acesso, pois sem transporte, muito dificilmente um visitante diário a Sintra lá chegará a pé. Também por estas razões, o Convento não recebe o nível de publicidade dos restantes.

Um problema premente que se observa nos mais visitados é comum: falta de estacionamento na época alta entre as 9.30 e as 17.00. No caso da Quinta da Regaleira é o problema mais assinalado pelo facto de esta não possuir parque de estacionamento próprio, obrigando os visitantes a deslocarem-se a pé até à entrada que dá para uma estrada estreita, de dois sentidos, e sem passeio para peões, pelo menos do lado de Seteais.

¹⁷ Situação destacada pelo jornal inglês *The Guardian* quando este nomeou Monserrate como uma das “Dez Melhores Excêntricas Atrações da Europa” em 2018 (<https://www.theguardian.com/travel/2018/feb/14/10-best-eccentric-attractions-europe-amsterdam-transylvania-lithuania>)

Os visitantes com veículo próprio tendem a procurar estacionamento à beira da estrada. Mas frequentemente esta é estreita de mais para permitir a passagem dos autocarros. Em consequência, são chamados reboques para remover os automóveis mal-estacionados, o que leva o seu tempo. Assim, formam-se filas intermináveis ao longo de toda a encosta da Serra, por vezes desde o centro até à entrada da Pena. Todos estes veículos produzem emissões que prejudicam fortemente a qualidade do ar na zona histórica e também na área florestada da estrada da Pena.

4.3 - Perfil do Turista

Uma vez identificadas as ameaças ao património histórico e natural, assim como os impactos já observados na área de estudo, motivadas pelo turismo, procedeu-se à identificação do perfil de turista. Como já vimos, diferentes tipos de turismo atraem diferentes tipos de turistas e levam a diferentes tipos de impactes. Assim, a procura do perfil do turista foi uma das nossas preocupações pois, se pretendemos opor o turismo de natureza e o turismo de massas, não podemos ignorar o facto de estes apresentarem turistas com tipologias geralmente diferentes. Em Sintra, isto representa uma dificuldade acrescida por haver sobreposição das duas tipologias; ou seja, turistas de natureza que acabam por fazer turismo de massas ou histórico e vice-versa. Para nos ajudar a criar uma imagem, necessariamente incompleta, mas, esperamos, representativa, administramos inquéritos aos nossos clientes, assim como a visitantes aleatórios no final da sua visita a Sintra. Muitos dos inquéritos foram respondidos de forma informal, e tiveram sujeitos a circunstâncias que explicamos à frente. Diga-se ainda, que nenhum dos nossos inquiridos era de nacionalidade portuguesa. Isto porque no período de implementação não tivemos contacto com visitantes nacionais. Ainda assim não considerámos esta questão um problema por dois motivos: primeiro, como realçado anteriormente, o número de visitantes portugueses representa uma minoria (18%), pelo menos no que à visita aos monumentos se refere. Se não deixa de ser verdade que os problemas estruturais, como os referidos anteriormente como potenciais ameaças, são de responsabilidade exclusivamente nacional, estes não se devem, por assim dizer, à presença física dos turistas portugueses, mas sim à gestão dos espaços onde estes circulam, não havendo por isso nenhuma diferença entre um visitante português e uma outra qualquer nacionalidade minoritária. Em segundo lugar, os portu-

gueses terão, muito provavelmente, uma imagem muito diferente de Sintra da de um estrangeiro que a visita pela primeira vez e que possivelmente nunca antes tinha ouvido falar nela. Muitos dos visitantes portugueses vão apenas a Sintra para um passeio de fim-de-semana, e fazem-no muitas vezes com regularidade. Ou seja, as suas perspetivas, planos de visita, tempo despendido, e locais visitados, serão muito diferentes dos de um estrangeiro que possivelmente ali irá uma vez na vida.

Decorrente do que foi abordado anteriormente, no que toca ao facto de muitos dos visitantes regressarem insatisfeitos pela massificação de que fizeram parte, muitos autores já afirmam que as atitudes dos turistas estão a mudar. Existe um “descontentamento crescente com os destinos fortemente comercializados, sobrelotados e poluídos (que) estão a forçar a mudança dos pacotes turísticos estandardizados e massificados (...), viajantes mais flexíveis e independentes procuram experiências mais personalizadas” (Careto & Lima, 2006:61).

Cada vez mais, a procura turística está a exigir aos espaços turísticos a qualidade ambiental, com reduzido impacto sobre o meio físico e a maior integração das características sociais e culturais locais. Assiste-se, assim, à emergência de um novo segmento de mercado, com novas características. O perfil deste turista assenta, segundo Weaver & Oppermann (2000, cit. por Careto & Lima, 2006:62), num “consumidor verde”, que reúne as seguintes características:

- Sensível a culturas locais e consciente das questões de justiça social,
- Mais independente e consciente das suas decisões,
- Conhecedor das questões ambientais,
- Prefere itinerários flexíveis e espontâneos,
- Avalia cuidadosamente os produtos turísticos previamente,
- Procura experiências desafiantes, autênticas e com significado,
- Deseja contribuir para um impacto positivo no destino,
- É motivado para a aprendizagem e autorrealização.

Perante isto, estamos em condições de afirmar que a maioria dos clientes que buscam os nossos serviços apresentam estas características, pois a nossa empresa, focada no TN foi criada precisamente para apelar a este novo “consumidor verde”. Dados de um estudo publicado em 2008, sobre o TER e TN em Portugal parecem corroborar esta perspetiva: “Os principais fatores apontados pelos turistas para procurarem estabelecimentos

de TER/TN são a descoberta de uma região (54%), o contacto com a natureza (41%), a saúde e bem-estar (30%) e a gastronomia e vinhos (16%) (IESE , 2008).

Swarbrooke & Horner (1999, cit. por Careto & Lima, 2006:63) apresentam-nos um quadro com as questões de maior preocupação para os “turistas verdes”:

Tabela 9: Questões de maior preocupação para os “turistas verdes”	
Vida selvagem	<ul style="list-style-type: none"> - Zoos - Safáris - Caça - Uso de animais para diversão dos turistas
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição - Construção de infra-estruturas de transportes em locais sensíveis e verdes - Uso de recursos energéticos pelos transportes terrestres e aéreos
Utilização de recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Água - Terra - Alimentos
Conservação	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem - Vida selvagem - Património urbano
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> - Ar - Água - Ruído - Visual
Actividades desportivas	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de campos de golfe - Erosão causada pelo pisoteio, cavalos e alpinistas
Práticas de gestão das empresas turísticas	<ul style="list-style-type: none"> - Reciclagem - Compras - Destino dos resíduos - Consumo de energia
Novos edifícios	<ul style="list-style-type: none"> - Escala - Localização - Materiais - Forma

(Fonte: Adaptado de Careto & Lima, 2006; Swarnbrook & Horner, 1999)

Note-se os pontos comuns entre as questões de maior preocupação para o “turista verde” e o quadro de ameaças identificadas anteriormente, nomeadamente no que toca aos transportes, poluição e novos edifícios.

Ainda assim, não se pode considerar a existência de um grupo homogêneo de pessoas que enquadre perfeitamente neste quadro de “turista verde”. Webster (2000, cit. por Careto & Lima, 2006:62) considera que:

- Os produtos verdes são considerados mais caros;
- Os consumidores, em geral, tendem ainda a dar prioridade ao preço, qualidade e conveniência antes de atenderem à questão ambiental;
- Os consumidores consideram existir um uso abusivo dos termos “verde” e “eco”.

Em Sintra, estas diferenças são particularmente notórias nos turistas de países mais ocidentais e desenvolvidos (Norte da Europa e América do Norte), mais próximos da ideia de “turista verde” e os de países da América do Sul e principalmente Ásia, mais próximos da ideia de turista de massas. Esta é uma ideia há muito considerada. Já Maison de la France (1998, cit. por Careto & Lima, 2006) ...

“diferencia claramente o comportamento e exigência ambiental dos povos escandinavos e germânicos (Dinamarca, Suécia, Alemanha, Suíça, Áustria, ...) que “estão maioritariamente dispostos a alterar os seus hábitos de consumo e as suas práticas turísticas para respeitar o ambiente”, comparando-os com os anglófonos (Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, ...), com “uma sensibilidade ambiental (...) menos forte, mas presente.” (Careto & Lima, 2006:65)

Swarbrooke & Horner (1999, cit. por Careto & Lima, 2006) acreditam que turistas verdes só existem quando existe já um comportamento ambiental responsável como consumidores. Situação que se verifica mais nos países ocidentais. Este comportamento manifesta-se, entre outros aspetos, no nível de utilização de produtos reciclados e na generalização da reciclagem de resíduos domésticos; preferência por alimentos sem aditivos, etc. Desta forma, as preocupações ambientais manifestam-se numa forma de estar na sociedade.

Transpondo estas ideias para os inquéritos que realizámos (cujo exemplar pode ser verificado em anexo), de que forma o turista em Sintra se enquadra com esta noção de preocupação ambiental?

Em primeiro lugar, raramente alguém se deslocava a Sintra sozinho, fazendo-o geralmente com o companheiro, filhos ou amigos. Não foi, por isso, aplicado um inquérito a cada pessoa, visto que geralmente um dado grupo partilhava das mesmas ideias relativamente ao que queria ver e o que efetivamente acabava por ver. Muitas vezes, inclusive respondiam ao inquérito em conjunto. Se considerarmos o número médio de indivíduos por grupo face aos grupos que responderam ao inquérito, observa-se aproximadamente três indivíduos por grupo. Multiplicando pelo número de inquéritos realizados, 63, resulta em 189 indivíduos, ou seja, perto de 200. Os inquéritos foram aplicados entre fevereiro e final de julho de 2017, ficando assim excluído agosto, o mês mais movimentado.

Dos nossos clientes, 80% deslocaram-se a Sintra de comboio, vindo na esmagadora maioria dos casos, de Lisboa. Os restantes deslocaram-se de táxi ou veículo privado. Metade dos inquiridos tinham idades compreendidas entre os 21 e os 35 anos (média do grupo excluindo crianças), seguindo-se os 36 aos 50 anos com 35,3%. Estas são as idades por excelência para o turismo de natureza por três motivos, acreditamos, fundamentais:

- **Energia e vontade para realizar atividades de ar livre.** Acima dos 50 anos, o número cai para 5,9%. Muitas vezes o turismo de natureza e as atividades que realizamos envolvem caminhadas mais ou menos extensas em terrenos irregulares ou uso de bicicleta de montanha, situação ainda mais exigente em Sintra onde há grandes declives.
- **Poder económico já considerável.** Abaixo dos 21 anos, registou-se apenas 8,8%, sendo que muitas vezes o preço era apresentado como uma das limitações.
- **Nível de educação elevado,** que fomenta uma maior consciencialização ambiental: 61,8% tinha formação superior, e os restantes 38,2% tinha pelo menos concluído o secundário, ou seja, nenhum dos nossos clientes se tinha ficado pelo ensino básico, o que também se repercute no ponto anterior.

5 – Conclusões e Propostas

Depois de enumerados os impactes e ameaças nos capítulos precedentes, neste último capítulo procuramos apresentar de forma clara algumas conclusões relativamente ao turismo em Sintra e ao seu impacte no património no que se refere ao confronto do turismo de natureza e turismo de massas, assim como possíveis soluções ou medidas (algumas já mencionadas ao longo do trabalho) que poderiam ser tomadas pelos vários atores para minimizar estes impactes.

Em primeiro lugar, é indiscutível o potencial turístico desta região. Mas, ao contrário do que acontece noutros locais, este potencial manifesta-se numa variedade de produtos e ofertas que atraem visitantes de tipologias muito diversas. O convívio desta diversidade pode resultar, e nalguns casos já resulta, numa ameaça para o património. Justamente o responsável pela atração inicial.

A distinção de património natural e histórico pode ser feita contrapondo o primeiro, referindo-se às estruturas não edificadas, e o segundo, referindo-se aos monumentos e, concretamente, os palácios, que estão cada vez mais associados.

Há medida que o turismo cresce, uma tendência hoje incontornável, os efeitos vão aumentando, e, se é verdade que a complementaridade de produtos é indispensável para aumentar a oferta turística, também resulta numa maior complexidade do sistema e aumenta a dificuldade em minorar os efeitos negativos.

O turismo em Sintra está hoje pouco regulado, ou pelo menos, com graves desregulações. Sistema de transporte pouco eficiente e sobrelotado, publicidade enganosa ou pouco rigorosa, atividades turísticas ilegais ou que não respeitam os regulamentos do PNSC, entre outros aspetos, resultam numa panóplia de efeitos negativos, e isto perante uma massa humana com a expectativa de desfrutar de Sintra de uma forma pessoal e não “industrializada”.

As soluções para muitos destes problemas existem, mas a sua aplicação pode ser difícil, morosa e ir contra muitos interesses instalados a vários níveis do sistema. Mas é algo que terá invariavelmente de acontecer para que Sintra, e tudo o que a ela associamos, sobreviva como tem sobrevivido nos últimos mil anos.

Aqui propomos algumas medidas que poderiam ser tomadas em Sintra com vista à preservação do seu património. Começando pelos aspetos sobre os quais a implementação de medidas teria impacto imediato:

- uma **maior fiscalização** das autoridades às atividades dos operadores turísticos reduziria o número destes que, por facilitismo, têm práticas pouco recomendáveis ou simplesmente ilegais, como o uso de trilhos proibidos pelo PNSC ou o simples transporte de visitantes, efetivamente fazendo concorrência desleal aos táxis, uma vez que praticam preços muito mais baixos, e simultaneamente prejudicam a imagem de outros operadores que cumprem a lei e requisitos mínimos de serviços e preços.
- No que toca a grandes obras, de estradas, instalações hoteleiras, etc., uma maior **transparência** dos seus objetivos, assim como publicação de estudos de impacto nas condições naturais do local e património.
- No caso dos anteriores pontos, quer se trate de uma atividade ou empreendimento turístico, deveriam ser seguidas **normas rigorosas** que olhassem **além do lucro** das empresas. Poder-se ia dizer que tais normas e fiscalização já existem, mas como habitualmente, as grandes empresas como a PSML têm tratamento diferenciado e mais favorável que as pequenas empresas. Esta monopolização poderá ter efeitos como os mencionados por Brooks (2001) a propósito das ameaças ao património histórico¹⁸.
- Outro aspeto já focado, refere-se mais ao património natural, mas cuja influência se manifestaria em todas as outras áreas: a criação de **equipas multidisciplinares**, nomeadamente ao nível das geociências, por parte dos atores para garantir a salvaguarda do património.
- Iniciativas de formação a guias locais para garantir a consistência da informação disponibilizada aos visitantes e **maior responsabilidade e realismo** das agências

¹⁸ Aqui refere-se especificamente os pontos “Conflitos entre atividades turísticas” (pág. 68) e “Só publicitar locais mais populares” (pág. 70).

e guias de viagens para não criar expectativas irrealizáveis nos visitantes. Por exemplo, muitos dizem ser possível visitar Sintra e os seus palácios em poucas horas ou numa manhã, não explicando a quantidade e variedade de locais a visitar, a deslocação entre eles, etc. Muitos visitantes pensam sair da estação e poder visitar tudo ou o Palácio da Pena e a costa em duas horas. Na realidade, na época alta, duas horas mal chegam para entrar no Palácio devido às filas, muito menos ver o resto.

Outra categoria de medidas a tomar diz respeito aos visitantes propriamente ditos:

- Deve haver uma **maior sensibilização**, nomeadamente à entrada na compra dos bilhetes (no caso dos Palácios) ou por parte dos guias para que não pratiquem atos irresponsáveis que se verificam constantemente. Deitar lixo no chão, escrever/grafitar estruturas e fumar em áreas proibidas, denotam obviamente falta de civismo e responsabilidade, mas outras, nomeadamente trepar a estruturas aparentemente sólidas ou recolher plantas ilusoriamente abundantes podem dever-se à genuína ignorância dos riscos.
- Para ambos os casos, deveria haver **mais vigilância** para garantir que tais situações ocorressem menos. É compreensível que não se queira ser desagradável para com os visitantes que procuram divertir-se, mas a segurança e preservação do local tem de tomar precedência. Um exemplo positivo tem ocorrido no Cabo da Roca, onde foi notório o aumento da presença da GNR relativamente ao ano anterior, não obstante muitos visitantes continuarem com comportamentos de risco.

Outro aspeto a melhorar pela promoção turística de Sintra prende-se com a sazonalidade que, como vimos anteriormente, ronda os 40% de total de visitas anuais nos três meses de verão. Isto levanta problemas da qualidade do ar, motivada pelo caos de trânsito diário, e pressão sobre o património concentrado no tempo. Efeitos que se poderiam diluir se a pressão fosse menos concentrada no verão e mais distribuída ao longo do ano. Este não é um desafio novo, mas parece haver hoje, mais do que nunca, recursos ao nível de marketing, promoção e sensibilização para incentivar o turismo durante a época baixa.

Frederico Costa, antigo vice-presidente do Instituto do Turismo de Portugal, em entrevista, apresenta o combate à sazonalidade como um dos grandes desafios:

“É verdade que o combate à sazonalidade é um dos maiores desafios do setor. (...) (Há que desenvolver) medidas de redução da sazonalidade. Como? Diversificando mercados, políticas de produtos e estimulando a procura na época baixa. Portugal deixou ser um país apenas de “sol e mar”. Hoje temos dez produtos turísticos estratégicos, nos quais se incluem o golfe, o turismo cultural, a gastronomia, o turismo náutico e o turismo de saúde e bem-estar (...) também o turismo religioso e de natureza. (...). Mas não é apenas a diversificação (...) é também a complementaridade entre os diferentes produtos.” (Costa, 2012:14-15)

Aplicando esta lógica a Sintra, constatamos que esta apresenta vários produtos turísticos que poderá vender na época baixa: não só história e natureza, mas gastronomia e doçaria, arte e espetáculos¹⁹, atividades desportivas e turismo religioso. Desde que se mantenha a identidade local intacta na procura pelo desenvolvimento turístico, esta é uma solução que se apresenta quase inevitável, sob risco de Sintra passar a ser quase um parque temático, encarado como um local para ver palácios. Como nos diz Maria José Ilhéu:

“O desenvolvimento turístico de um território deve apoiar-se na utilização, para fins turísticos, dos recursos naturais e culturais que conferem identidade e singularidade a um território, concretizar-se através de produtos turísticos que respondam às expectativas dos turistas, contando com a participação ativa da população local na preservação e dinamização desses recursos e no acolhimento aos turistas.” (Ilhéu, 2012:20)

Outra medida a implementar parece ser o caminho do futuro para cidades históricas que se querem desenvolvidas a pensar no utilizador. Com o avanço nas tecnologias de informação, parece certo que esta passará a ser uma ferramenta indispensável num futuro próximo: desde reservar quartos de hotel, a chamar transporte ou a comprar bilhetes para os monumentos. Tudo isto já pode ser feito via internet com um telemóvel, mas podemos ir mais longe.

¹⁹ Inclusive internacionais como foi o sucesso do “Lisbon & Sintra Film Festival” que decorreu de 17 a 26 de novembro de 2017, tendo atraído muitos visitantes internacionais.

Miguel de Castro Neto, antigo Secretário de Estado do Ordenamento do Território, defende a necessidade de identificar oportunidades e desafios do turismo, cruzando-a com a noção de “**inteligência urbana**” ou cidades inteligentes, pois é aqui que as tecnologias de que já dispomos poderão assumir um papel fulcral. (Neto, 2017)

A criação de aplicações (Apps para Smartphone) poderá promover simultaneamente uma visita de qualidade e uma melhor monitorização e gestão dos espaços, beneficiando assim os três principais atores: turista, empresas e cidadão residente.

Neto (2017) identifica, para cada um destes, três objectivos ou formas de atuação que melhorarão o desempenho quer de uma perspectiva de utilizador, quer de explorador.

Turista:

- Chegando ao seu destino, o turista já conhece, não apenas o seu hotel, mas os serviços oferecidos, os pontos de atração envolventes, a oferta e programação cultural.
- Acesso permanente à internet em qualquer espaço da cidade através de rede Wi-Fi.

(Este próximo ponto parece-nos o mais relevante pela pertinência que teria se aplicado em Sintra, de modo que o transcrevemos na íntegra.)

“Por último, estando garantido o acesso à internet e a partilha de dados entre os vários autores, seria possível dar resposta ao crescimento do turismo e respetiva concentração num número reduzido de locais, com as consequentes filas de espera e más experiências de visita. Através da criação de aplicações em que compramos antecipadamente o bilhete (com marcação de dia e hora de visita) e onde informamos em tempo real o turista da procura existente nas diferentes atrações turísticas, propondo visitas alternativas na proximidade, caso a atração que pretenda visitar esteja com excesso de procura.” (Neto, 2017)

Se pensarmos nas enchentes que se observam em Sintra na época alta, e ainda mais no facto de a maioria das atrações serem geridas pela mesma empresa (PSML) e esta já disponibilizar a compra de bilhetes através da internet, facilmente vemos a potencialidade desta aplicação para reduzir os tempos de espera, melhorando a experiência do visitante, e para proteger o património de ser sobrecarregado. Admitamos, no entanto,

que este é um cenário que só funciona em contexto urbano, e por isso difícil de aplicar ao TN.

Empresas:

- Um dado hotel poderia identificar, eletronicamente, o cliente no momento em que este entra, evitando assim, burocracias associadas ao check-in.
- Paralelamente poderia realizar ações de marketing personalizado a cada cliente conforme os seus gostos e locais onde se encontra em tempo real.
- Com base nos dados recolhidos, os gestores do património ficariam a conhecer melhor os hábitos e preferências dos turistas e poderiam assim realizar ações de promoção que procurassem ir de encontro a estas preferências ou promover locais menos conhecidos.

Cidadão:

- Gerir melhor os fluxos de turistas em determinadas zonas criando as infraestruturas necessárias para os receber e distribuir espacialmente, reduzindo os picos.
- São criadas novas oportunidades de negócio com base nos dados gerados uma vez que poderão saber, por exemplo, que “num determinado momento está um grupo de turistas da classe X, oriundos do país Y na rua Z”.
- Possibilitar uma nova ferramenta de abordagem integrada para o planeamento e gestão territorial, especialmente “capaz de resistir às transfigurações da cidade provocadas por grandes quantidades de turistas num espaço que era apenas conhecido e utilizado pelos seus moradores.”

Aplicar este modelo poderia trazer grandes vantagens à vila de Sintra, mas também levantaria algumas questões difíceis de resolver. Como nos diz o autor, “um dos principais pilares deste modelo é a existência de uma política transversal de dados abertos, envolvendo a administração pública e as empresas, que salvaguardando questões de segurança e privacidade, liberta os dados que tornam possível a construção desta nova realidade.” (Neto, 2017). Pois se não haveria dúvidas da sinergia entre a CMS e a PSML, a introdução das pequenas empresas neste modelo, ainda para mais dada a recente antipatia dos pequenos operadores turísticos pelo novo regulamento e limitações impostas pela CMS, já levanta algumas dúvidas.

Bibliografia

- Alcoforado, M. J. (1984). Representação Cartográfica das Árvores Deformadas: Ventos Dominantes em torno da Serra de Sintra. *Finisterra*, XIX, pp. 137-169.
- Almeida, M. (Agosto de 2017). Marco Almeida no Carpool do Observador: É preciso disciplinar o turismo em Sintra. (P. Rainho, Entrevistador) Sintra. Obtido em 23 de agosto de 2017, de observador.pt/especiais/marco-almeida-no-carpool-do-observador-e-preciso-disciplinar-o-turismo-em-sintra/
- Baltazar, L., & Martins, C. (2005). *Atlas do Parque Natural de Sintra-Cascais*. (M. Marcelino, Ed.) Estoril, Portugal: Junta de Turismo da Costa do Estoril; Parque Natural de Sintra-Cascais. Obtido de <http://www2.icnf.pt/portal/ap/resource/ap/pnsc/atlas-pnsc>
- Brilha, J. (2005). *Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Braga: Palimage Editores.
- Brooks, G. (2001). *Heritage at Risk from Tourism*. Obtido em 30 de Janeiro de 2018, de ICOMOS.org: <https://www.icomos.org/risk/2001/tourism.htm>
- Brown, J. H. (1989). Patterns, modes and extent of invasions by vertebrates. Em J. A. Drake, H. A. Mooney, R. d. Castri, R. H. Groves, F. J. Kruger, M. Rejmánek, & M. Williamson (Edits.), *Biological Invasions: A Global Perspective* (pp. 85-109). Wiley, New York, USA.
- Careto, H., & Lima, S. (2006). Turismo e Desenvolvimento Sustentável. GEOTA.
- Carvalho, A. C. (2010). Sintra-Cascais Natural Park. (M. Marcelino, Ed., & B. Williams, Trad.)
- Carvalho, C. N., Rodrigues, J., & Jacinto, A. (2008). Geoturismo & Desenvolvimento Local. *Livro das XVIII Jornadas sobre a Função Social Museu*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- CM Sintra. (2 de Fevereiro de 2014). *Praia das Maçãs*. Obtido de Sintra - Câmara Municipal: <http://www.cm-sintra.pt/praias-das-macas>
- Costa, F. (Maio de 2012). Dinamismo do setor reforça importância da promoção internacional. (P. e. Lugares, Entrevistador) Pessoas e Lugares.

- Cunha, L., & Abrantes, A. (2015). *Introdução ao Turismo* (5ª ed.). Albergaria-a-Velha, Aveiro, Portugal: LIDEL - Edições Técnicas, Lda.
- Daveau, S. (2005). *O Ambiente Geográfico Natural* (5ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- Dinheiro Vivo; Agência Lusa. (12 de junho de 2017). *Peninha passa a ser gerida por Cascais Ambiente e Parques de Sintra-Monte da Lua*. Obtido em outubro de 2017, de Dinheiro Vivo: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/peninha-passa-a-ser-gerida-por-cascais-ambiente-e-parques-de-sintra-monte-da-lua/>
- Ferreira, C. (2013). Turismo Cultural: O Mistério da Divulgação nas Brumas da Regaleira. Obtido em Maio de 2017, de http://www.academia.edu/8961497/A_Presen%C3%A7a_Tur%C3%ADstica_da_Quinta_da_Regaleira_-_Sintra
- Ferreira, D. B. (2005). As Condições Genéticas do Clima. Em A. B. Ferreira, D. B. Ferreira, C. A. Medeiros, M. E. Moreira, C. S. Neto, C. Ramos, C. A. Medeiros, & A. B. Ferreira (Edits.), *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico* (1.ª ed., Vol. I, pp. 326-327). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Fonseca, M. H. (2009). *Estabelecimento de Critérios e Parâmetros para a Valoração do Património Geológico Português: Aplicação Prática ao Património Geológico do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental.
- Gil, J. (1990). *Os Mais Belos Palácios de Portugal* (Vol. II). Rio de Mouro, Portugal: Editorial Verbo.
- Goudie, A. (1981). *The Human Impact on the Natural Environment: Past, Present and Future* (6.º ed.). Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing.
- Horta, B. (7 de Agosto de 2017). Carpool Autárquicas com Basílio Horta: "Não me venham cá com independências, para não enganar o eleitorado". (R. Tavares, Entrevistador) Obtido de <http://observador.pt/especiais/nao-me-venham-ca-com-independencias-para-nao-enganar-o-eleitorado/>
- ICN. (2003). *Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais*. PNSC.

- IESE . (2008). *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Obtido de http://www.minhaterra.pt/wst/files/Estudo_Caracterizacao_Turismo_em_espaco_rural.pdf
- Ilhéu, M. J. (Maio de 2012). O turismo rural e o desenvolvimento dos territórios . *Pessoas e Lugares*, pp. 20-21.
- Infopédia. (2018). *Sintra*. Obtido em 22 de março de 2018, de Infopédia: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$sintra](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$sintra)
- IPPAR. (2002). *Castelo dos Mouros*. (D. d. Ferraz, Ed.) London, England: Scala Publishers Ltd.
- Kullberg, C., & Kullberg, J. C. (2000). *Tectónica da Região de Sintra* (Vol. n.º2). Lisboa: Memórias de Geociências, Museu de História Natural, Universidade de Lisboa.
- Leandro, S. (2007). Convento dos Capuchos (ou de Santa Cruz da Serra). Em Á. D. Almeida, D. Belo, & L. d. Oliveira (Ed.), *Portugal Património: Guia-Inventário* (1.ª ed., Vol. VII, pp. 42-43). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Levratti, S., Rodrigues, M. L., Castaldini, D., & Levi, S. T. (Novembro de 2011). Study of the Geomorphological and Archeological Aspects of Sintra area (Portugal) as Contribution to its Tourist Appraisal and Promotion. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 8, 227-239.
- Marcelino, M. (s.d.). *Azenhas do Mar - Geologia, Paisagem e Tradição*. Obtido em 30 de Janeiro de 2018, de Natural.pt: <http://www.natural.pt/portal/pt/Poi/Item/859>
- Mathieson, A., & Wall, G. (2006). *Tourism: change, impacts and opportunities* (1ª ed.). Harlow, England: Pearson.
- Matos, F. M. (2007). Cabo da Roca / Arribas ígneas do cabo da Roca. Em Á. D. Almeida, D. Belo, & L. d. Oliveira (Ed.), *Portugal Património: Guia-Inventário* (1.ª ed., Vol. VII, pp. 39-40). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Mayhew, S. (2009). *Dictionary of Geography* (4.ª ed.). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Medeiros, C. A. (2005). A Diversidade das Paisagens Agrárias Tradicionais: Génese e Evolução. Em D. Abreu, H. Cachinho, C. Cavaco, N. Devy-Vareta, C. A.

- Medeiros, L. Moreno, . . . M. Vale, & C. A. Medeiros (Ed.), *Geografia de Portugal: Actividades Económicas e Espaço Geográfico* (1.ª ed., Vol. III, pp. 26-33). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Mendes, E., & Leandro, S. (2007). Palácio da Regalaria (ou da Torre, ou de Carvalho Monteiro, ou do Monteiro dos Milhões) / Jardins. Em Á. D. Almeida, D. Belo, & L. d. Oliveira (Ed.), *Portugal Património: Guia-Inventário* (1.ª ed., Vol. VII, p. 35). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Moreira, M. E. (2005). A Dinâmica dos Sistemas Litorais. Em A. B. Ferreira, D. B. Ferreira, C. A. Medeiros, M. E. Moreira, C. d. Neto, & C. Ramos, *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico* (1.ª ed., Vol. I, p. 224). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Neto, M. d. (26 de junho de 2017). "*Smart Tourism*" - turismo numa cidade inteligente. Obtido em 29 de junho de 2017, de Observador.pt: <http://observador.pt/opiniaio/smart-tourism-turismo-numa-cidade-inteligente/>
- Newsome, D., & Dowling, R. (2006). The Scope and nature of geotourism. Em *Geotourism* (pp. 3-20).
- Pena, A., Gomes, L., & Cabral, J. (2001). *Sintra: Um Concelho ao Natural* (2.ª ed.). Estoril, Portugal: Câmara Municipal de Sintra.
- Pereira, A. J., Tavares, B., Coxo, C., Ribeiro, C., Sousa, É. M., Montoito, E., . . . Martins, S. L. (2007). *Sintra - Guia do Concelho* (1º ed.). Cacém: Texto Editores.
- Pereira, P. J. (2006). *Património geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação. Aplicação ao Parque Natural de Montesinho*. Braga: Universidade do Minho.
- Pereira, P., & Carneiro, J. M. (2006). *Palácio da Pena* (2014 ed.). (M. Lacerda, M. Soromenho, S. Pisano, & A. O. Martins, Edits.) London, England: Scala Arts & Heritage Publishers Ltd.
- PSML. (2014). *Avaliação dos Impactes da Parques de Sintra - Monte da Lua S.A. na Paisagem Cultural de Sintra*. Obtido em 25 de Novembro de 2017, de <https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2015/01/Relat%C3%B3rio-Consulta-P%C3%BAblica.pdf>

- PSML. (2015). Recuperação do Vale dos Lagos, Feteira da Rainha e Jardim das Camélias no Parque da Pena. Portugal.
- PSML. (2016). Camélias de Sintra. Sintra.
- PSML. (2017). *Relatórios e Contas 2016*. Obtido em Outubro de 2017, de http://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/09/RC2016_final.pdf
- Raposo, C. (2007). Serra de Sintra. Em Á. D. Almeida, D. Belo, & L. d. Oliveira (Ed.), *Portugal Património: Guia-Inventário* (1.^a ed., Vol. VII, pp. 12-13). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.
- Santos, V. (2008). *Pegadas de dinossáurios de Portugal*. Fátima: Museu Nacional de História Natural; Museus da Politécnica; Universidade de Lisboa.
- Silva, J. C. (2002). *O Palácio Nacional de Sintra*. Espanha: Scala Publishers Ltd.
- Sirovs, M. G. (2006). *The Cascais-Sintra Area: A Walker's Guide*. Estoril: Martin G. Sirovs.
- Sirovs, M. G. (2010). *Que Planta É Aquela? (What plant is that?)*. Estoril: Martin G. Sirovs.
- Sparks, B. W. (1988). The Davisian geographical cycle. Em B. W. Sparks, *Geomorphology* (pp. 7-21). London, UK: Longman.
- Veríssimo, P. (Janeiro/Fevereiro de 2017). Todos somos Sintra. *Economia Local*, 11.
- Vicente, A. C. (2007). Aglomerado Urbano de Sintra. Em Á. D. Almeida, D. Belo, & L. d. Oliveira (Ed.), *Portugal Património: Guia-Inventário* (1.^a ed., Vol. VII, p. 25). Rio de Mouro, Portugal: Círculo de Leitores.

Anexos:

Anexo 1 - Ficha do estado de conservação do património:

Tipo de património: Natural , Histórico (edificado)

Natural:

1. Nome:
 2. Localização: (coordenadas)
 3. Estado de conservação das características físicas originais: 1 (péssimo) a 5 (excelente)
 4. Estado da área envolvente: 1 (péssimo) a 5 (excelente)
 5. Estacionamento suficiente (se for aplicável): 1 a 5
 6. Acesso: 1 (péssimo) a 5 (excelente)
 7. Principais ameaças identificadas:
-

Histórico:

1. Nome:
2. Localização: (coordenadas)
3. Período de construção: anterior a 1400; 1400 – 1755; 1756 – 1850; 1850 – 1950
4. Interior: Mobiliário (1 a 5); Arquitetura (paredes, pilares, chão) (1 a 5); Pintura/Azulejo (1 a 5)
5. Exterior: Arquitetura (1 a 5); janelas (1 a 5);
6. Tipo de fachada (Pedra, Azulejo, Alvenaria pintada, misto, outros); estado de conservação (1 a 5)
7. Estado da área envolvente: 1 a 5
8. Estacionamento suficiente (se for aplicável): 1 a 5
9. Acesso: 1 a 5
10. Principais ameaças identificadas:

Anexo 2 - INQUÉRITO AO VISITANTE

(SURVEY TO THE VISITOR)

O presente inquérito tem por objetivo recolher dados estatísticos para análise na elaboração de uma Tese de Mestrado que foca os impactos do turismo no Património Natural e Histórico de Sintra. É totalmente anónimo, administrado presencialmente, e as respostas de cada inquérito não serão publicadas.

(The present survey is meant to retrieve statistical data for analysis in a Master Thesis, focusing on the impacts of tourism in the Natural and Historical heritage of Sintra. It is totally anonymous, applied in person, and the individual answers of each survey will not be published.)

1) Sexo: M / F

(Gender: M / F)

2) Faixa etária: (≤ 20) ; (21 – 35) ; (36 – 50) ; (51-65) ; (66 \leq)

(Age group)

3) Nacionalidade:

(Nationality)

4) Nível de Educação: Básico ; Secundário ; Superior

(Level of Education: Basic; High School; Higher)

5) Modo de deslocação a Sintra: Comboio ; Táxi ou equivalente ; Automóvel particular ; Autocarro ; outro

(Mode of transportation to Sintra: Train; Taxi or equivalent; private vehicle; Bus; other)

6) Maior fator de atracção a Sintra: Natureza ; Monumentos (se sim, quais? _____); Atividades (se sim, quais? _____)

(Biggest factor of attraction for coming to Sintra: Nature; Monuments (if so, which ones?); Activities (if so, which ones?))

*(exemplos: Palácio da Pena, Castelo dos Mouros, Quinta da Regaleira; Surf, Hiking, Ciclismo)

7) O que visitaram? : Monumentos (Quais? _____); Parque Natural ; Costa

(What did you visited?: Monuments (Which ones?); Natural Park; Coastline)

8) Nível de satisfação: 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito):

(Level of satisfaction: 1 (very unsatisfied) to 5 (very satisfied))

9) Aspectos mais positivos?

(Most positive aspects?)

10) Aspectos mais negativos?

(Most negative aspects?)